

Relatório e Contas 2002

Mota & Companhia, S.A.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO DE *MOTA & COMPANHIA, SA* RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2002

1. Cumprindo as disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem o Conselho de Administração submeter aos Accionistas o seu Relatório Consolidado de Gestão, conjuntamente com as Contas de MOTA & COMPANHIA, SA, relativos ao exercício de 2002.

2. – Quadro Conjuntural do Exercício

2.1. - Mercado Nacional

Em Portugal, a forte exposição aos sinais das economias mundias, nomeadamente a Europeia e a Americana, aliou-se em 2002 à instabilidade política vivida no início do ano, com o investimento, público e privado, a conduzir a sucessivas correcções em baixa das previsões para o crescimento do PIB. Esta tendência, manteve-se até ao final do ano, tendo o Ministério das Finanças divulgado, aquando da apresentação da versão final do PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2003-2006, previsões em baixa para o PIB de 2002 (crescimento de 0,7% contra 0,75% no OE 2003) e do investimento (redução de 2,1% contra 2% no OE 2003).

2.1.1. - Enquadramento Macroeconómico

Os últimos dados disponíveis sobre os indicadores macroeconómicos da economia portuguesa para o exercício findo, embora provisórios, podem já ser avançados como concretizando uma forte redução no crescimento, no investimento e na procura, em sintonia com os indicadores qualitativos de confiança dos empresários.

Assim, a economia portuguesa cresceu apenas (de acordo com a evolução agora anunciada para o PIB) entre 0,4% (de acordo com a OCDE) e 0,7% (segundo o Ministério das Finanças e a Comissão Europeia) ou no limite 0,75% (máximo do intervalo de previsão do Banco de Portugal).

Pior ainda terá evoluído o investimento, que, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo, terá decrescido pelo menos 2,1% (dados do Ministério das Finanças), 2,5%, segundo a OCDE ou mesmo mais (até 5%) de acordo com a Comissão Europeia e o Banco de Portugal.

Também o consumo, público e privado, registou reduções nas respectivas taxas de crescimento que terão descido (segundo o Ministério das Finanças) de 2,6% e 0,9% em 2001 para 1,4% e 0,5% em 2002.

Com todos os indicadores a indicarem uma contracção da economia, a inflação terá evoluído em sintonia, pois o Índice de Preços ao Consumidor, após o forte crescimento de 2,8% em 2000 para 4,4% em 2001, terá ficado pelos 3,5% em 2002.

Ao contrário dos sinais de todos os indicadores referidos, segundo os dados do Ministério das Finanças, não confirmados pelas outras fontes indicadas, as exportações terão evoluído favoravelmente, com crescimentos superiores aos verificados em 2001 (3,2% em 2002 face a 2,9% no ano transacto), ao invés

das importações que terão reduzido a sua taxa de crescimento (0,8% em 2002 face a 0,9% no ano anterior).

Assim, tratou-se globalmente de um ano em que a economia nacional acompanhou um cenário macroeconómico internacional de crise, no limiar da recessão, com forte pressão sobre o investimento, nomeadamente o público, e como consequência, com dificuldades para a maioria das empresas do sector de construção.

Indicadores macroeconómicos - Portugal				
	%	2000	2001	2002
PIB		3,625	1,700	0,575
Consumo Privado		2,650	0,400	0,669
Consumo Público		3,775	2,675	1,350
FBCF		4,650	-0,050	-3,025
IPC		2,800	4,400	3,550
Exportações		8,300	2,225	2,100
Importações		5,675	0,550	-0,031

fonte: média de dados do MF, OCDE, CE e BP

2.1.2. - Conjuntura do Sector da Construção

O sector de construção continua, alicerçando uma estratégia de crescimento sustentado, a representar uma fatia significativa da actividade da nossa Empresa.

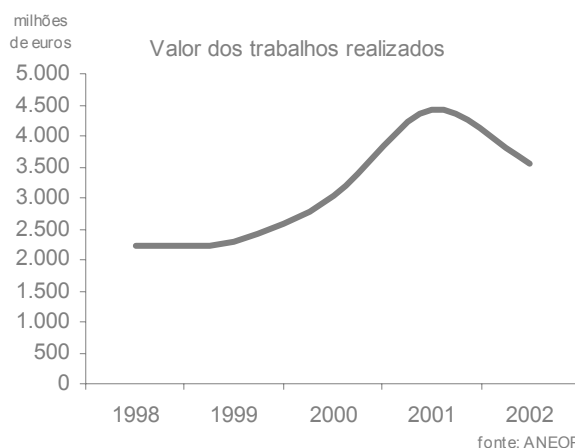
A conjuntura específica no sector, num contexto macroeconómico nacional e internacional tal como o descrito anteriormente, dificilmente poderia ter trazido facilidades para as empresas, tanto para as que se posicionam num segmento mais dependente da procura privada, como para as que operam para clientes públicos.

O ano de 2002 trouxe ao sector um sentimento global de estagnação no investimento, com as empresas a absorverem um pessimismo que interioriza a ideia-chave de que a recuperação no sector não se fará antes de 2004.

2.1.2.1. - Sub-Sector de Obras Públicas

Em particular no segmento de obras públicas, já não foi possível contrariar as tendências macro-económicas tal como se havia conseguido em 2001.

Assim, segundo dados da ANEOP - Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas, indicadores como as vendas de cimento e aço denotam mesmo reduções reais (6,7% e 6% respectivamente), espelhando uma produção em queda que se traduziu em menos 15,5% no VTR-valor dos trabalhos realizados a custos correntes (de 6.966,7 milhões de euros em 2001 para 5.689,7 milhões de euros no ano em análise) ou menos 19,5% a custos constantes, utilizando o índice do custo de construção como deflator. Em termos gráficos, com valores a preços de 1992, é evidente a inflexão verificada em 2002.



A mesma fonte, indica por outro lado que apesar de uma redução de quase 20% no número de adjudicações durante 2002, o valor das mesmas terá crescido ligeiramente (mais 1,6%, com as adjudicações do Estado a compensarem a redução das referentes a Autarquias, consequência da pressão a que estas foram sujeitas pela restrição ao endividamento).

Ainda segundo a ANEOP, o valor, bem como a quantidade, de novas promoções de obras públicas, pelo Estado e pelas Autarquias, sofreu uma queda de aproximadamente 30%, cifrando-se em 3.379 milhões de euros (2.419 novos concursos) face a 4.604 milhões de euros (3.564 novos concursos) em 2001.

Em conclusão, no ano de 2002 o segmento das obras públicas trouxe consigo os primeiros sinais de redução efectiva da actividade, não sendo expectável que tal cenário se altere de forma radical em 2003.

Aguarda-se, no entanto, que apesar dos atrasos, os últimos concursos referentes ao programa de concessões de auto-estradas e inerentes à realização em Portugal do Campeonato Europeu de Futebol em 2004, cheguem à fase de adjudicação durante o ano de 2003, impulsionando o sector para a esperada retoma.

2.1.2.2. - Obras Privadas

A promoção de obras privadas, principalmente de construção civil, sofreu também em 2002 uma forte contracção, por efeito, por um lado, das dificuldades na promoção imobiliária, e, por outro lado, da forte redução na concessão de novas licenças de construção pelas principais Autarquias.

Segundo dados da ANEOP, e de acordo com informação até Novembro, o número de licenças para construção nova regrediu 5,2%, com todas as regiões do país a apresentar evolução negativa com excepção dos Açores (por exemplo, no que às licenças para habitação diz respeito, verificou-se uma redução de 3,5% no norte do país e de 5,1% na região de Lisboa e vale do Tejo).

Também as estatísticas preliminares sobre o número de edifícios concluídos demonstra um cenário de crise no sector, com a redução ligeira nos anos anteriores (menos 1,8% em 2000 e menos 1,6% em 2001) a transformar-se numa forte queda de quase 12%.

2.2. - Mercados Externos

2.2.1. – África

2.2.1.1. – Angola

A economia Angolana, de acordo com as últimas previsões (disponibilizadas pelo ICEP), terá crescido, em 2002, 10,5%. Esta percentagem, que mede o crescimento real do PIB, demonstra por um lado os efeitos da paz alcançada no ano passado, mas também a recuperação dos níveis de produção petrolífera. O ritmo a que as instituições forem capazes de se adaptar ao novo enquadramento, em que o cenário de guerra desapareceu, ditará a capacidade da economia de transformar este crescimento em desenvolvimento sustentado com forte contribuição do investimento estrangeiro, nomeadamente das empresas portuguesas.

A evolução ao nível do funcionamento dos mercados financeiros e cambiais, contribuiu, já em 2002, para uma presença alargada de novos investidores com repercussões na actividade da Mota & Companhia e suas associadas.

2.2.1.2 – Outros países

Nos restantes mercados africanos em que a Mota & Companhia vêm desenvolvendo a sua actividade, a conjuntura económica local não sofreu variações significativas passíveis de afectar as empreitadas em curso em países como o Benim, Chade, Moçambique, Gana e Malawi.

2.2.2. - Perú

No Perú, país em que, através de uma associada local, a Mota & Companhia também exerce actividade, verificou-se, apesar da conjuntura negativa, um crescimento do PIB de 5,2% (segundo os últimos dados disponibilizados pelo

INEI - Instituto Peruano de Estatística). Este indicador, no que ao sector da construção se refere, terá mesmo crescido 8,3%, embora o peso do sector na economia peruana esteja ainda aquém do que seria de esperar face à necessidade de infra-estruturas do país.

2.2.3. - Europa Central

Tal como já referido, os países da Europa Central foram mais uma vez afectados pela tardia definição do calendário definitivo de adesão à União Europeia. O adiamento dos investimentos em infraestruturas, aliado ao crescente número de concorrentes no sector de construção, criou óbvias dificuldades à prossecução da estratégia definida há varios anos.

Em particular na República Checa, a economia terá crescido no ano de 2002 a um ritmo idêntico ao de 2001 (3,6% de taxa de crescimento do PIB, segundos dados do ICEP), tendo o consumo público mantido idêntico valor ao de 2001 e o investimento crescido a uma taxa de 5,5% (contra 6,9% em 2001).

Na Polónia, ainda segundo dados compilados pelo ICEP, apesar da ligeira retoma na taxa de crescimento do PIB (1,3% em 2002 face a 1,1% em 2001) a economia ainda cresce a ritmos muito lentos quando comparada com os anos anteriores (4,1% em 1999 e 4% em 2000).

3. - A Reorganização do Grupo Mota

Durante o último trimestre do ano de 2002, a Mota-Engil, SGPS, holding da Mota & Companhia, face à conjuntura económica e de mercado actual, iniciou um processo de reanálise da estrutura do Grupo Mota-Engil tendo, já no decorrer do primeiro trimestre deste ano, anunciado publicamente a revisão do seu plano de reestruturação, essencialmente baseado na fusão das construtoras Mota & Companhia S.A., Engil – Sociedade de Construção Civil S.A. e Mota-

Engil Internacional S.A., dando origem à criação da maior construtora Portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo, como áreas estratégicas para a sua diversificação, os sectores das Concessões de Transportes e do Ambiente, sendo as áreas restantes consideradas como não estratégicas.

4. - A Actividade Sectorial do Grupo Mota

4.1. - Construção Nacional

4.1.1. - Referências Gerais

O ano de 2002 foi caracterizado essencialmente pelos seguintes aspectos:

- a) A adjudicação da Concessão Rodoviária do Grande Porto ao agrupamento de empresas liderado por Mota & Companhia, SA, a qual, em conjunto com as anteriores adjudicações de Concessões do Norte (AENOR), da SCUT da Costa da Prata e da SCUT das Beiras Litoral e Alta, perfaz uma rede total de cerca de 500 km de auto-estradas concessionadas.
- b) A persistência de atrasos substanciais nos arranques das obras adjudicadas no âmbito das referidas concessões rodoviárias, essencialmente resultantes de demoras na aprovação de projectos e à lenta concretização dos processos expropriativos.
- c) A preocupante retração do mercado de obras públicas e a consequente prática de preços aviltados nos concursos.

4.1.2. - Mota & Companhia, SA

Na actividade da Mota & Companhia, sa., durante o ano em análise, há que realçar a conclusão dos lanços das Auto-Estradas A2 (Auto-Estrada do Sul) e

A14 (Figueira da Foz/Coimbra) de que foi adjudicatária, bem como o início da construção de 30 km da Auto-Estrada A7 (Guimarães/Fafe/IP3)

Especial relevância também, no âmbito da realização de grandes obras públicas, a participação da empresa nas obras de modernização das infra-estruturas ferroviárias das linhas do Douro, do Sul e do Minho e a adjudicação e início da empreitada de construção do Escalão de Pedrogão no Aproveitamento Hidroeléctrico do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

De referir ainda a adjudicação em regime de concessão, ao grupo de empresas que integra a Mota & Companhia, sa., do projecto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem Sul do Tejo.

As obras iniciadas, em curso ou concluídas pela empresa no mercado nacional, isoladamente ou em associação, durante o exercício em análise, foram as seguintes:

- EN224 - Ligação de Oliveira de Azeméis ao Nó de Estarreja da A1
- IC19 - Alargamento entre o Nó de Queluz e do Hospital
- EN383 - Reparação do Pavimento entre Canhestros e Aljustrel
- EN2 e EN259 - Reparação do Pavimento
- IC19 – Alargamento entre o Nó de Queluz e o Nó de Tercena /Barcarena
- A14 – Auto-Estrada Figueira da Foz/Coimbra - Sublanço Santa Eulália/Coimbra - Trecho 2A
- A14 – Auto-Estrada Figueira da Foz/Coimbra - Sublanço Santa Eulália/Coimbra - Trecho 2B
- A2 – Auto-Estrada do Sul - Sublanço Castro Verde/ Almodôver
- A4 – Auto-Estrada Porto/Amarante – Obras de Beneficiação do Pavimento nos Sublanços Campo/Baltar/Paredes

- A3 – Auto-Estrada Porto/Valença – Obras de Beneficiação do Pavimento do Sublanço Cruz/Braga
- A3 – Auto-Estrada Porto/Valença - Lanço A3/Nó com a E.N. 14
- A11 – Auto-Estrada Braga/Guimarães - Lanço Celeirós / Guimarães
- A7 – IC5 – Auto-Estrada Guimarães/IP3 - Lanço Calvos / Fafe Sul
- A7 / IC5 / IC25 – Auto-Estrada Guimarães IP3 - Lanço Fafe Sul / Basto
- Auto-Estrada da Costa de Prata – Lanço Mira / Vagos
- Auto-Estrada da Costa de Prata – Lanço Vagos / Aveiro Sul
- Linha do Douro - Duplicação e Electrificação do Troço Penafiel/Cáide
- Linha do Sul, Lote 2.2.2 - Troço Km 94 / Ermidas do Sado - Modernização das Infra-estruturas Ferroviárias
- Reabilitação da Rede de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha – 2ª Fase
- Adutor de Rega de Ereira / Maiorca / Foja
- Intervenção de emergência nos Diques do Leito Central e dos Leitos periféricos do Rio Mondego e reparação do Canal Condutor Geral e do Canal de Lares
- 2ª Fase do Canal Condutor e do Reservatório de Monte do Bispo do Aproveitamento da Cova da Beira
- Obras de Construção Civil do Aproveitamento Hidroeléctrico de Pinhel
- Empreitada de Construção para a INDAQUAFEIRA, no âmbito da Concessão dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira
- Concepção / Construção do Interceptor Marginal do Rio Douro, entre a Ponte D. Luís I e a ETAR de Gaia litoral
- Execução dos Toscos da Estação Terreiro do Paço da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, EP
- Empreendimento de Venda Nova II - Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Vila Nova / Venda Nova
- Metropolitano de Lisboa, EP – Toscos da Galeria a Céu Aberto entre o Término da Pontinha e a Estação Falagueira, da Linha Azul
- Reabilitação do Aqueduto do Alviela entre Alcanhões e Alcoentre nos Trechos de Almoster – Vila Nova de S. Pedro – Manique do Intendente

- Linha do Minho – Remodelação da Estação de Nine
- Normetro – Avenida Fabril do Norte – Requalificação Urbana e Passagem Inferior na Zona da Estação da Senhora da Hora
- Construção do Escalão de Pedrogão do Aproveitamento Hidroelectrico do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
- IP5 – Aveiro – Albergaria – Obras de beneficiação e reforço do Pavimento

Na área das Pedreiras, para além da entrada em actividade dos centros industriais de Santo Tirso e Penafiel, procedeu-se ao licenciamento da unidade de Tondela, que irá ser aberta para apoio às obras da concessão das Beiras Litoral e Alta, consolidando assim a política de cobertura de âmbito nacional deste importante sector de apoio à actividade de Construção.

Este investimento decorre em simultâneo com o da modernização das centrais de britagem, que se traduz na melhoria qualitativa dos materiais produzidos, com redução de custos e reforço contínuo do respeito pelo Ambiente.

No sector dos Equipamentos, prosseguiu a política de implementação de um sistema de gestão integrada com a Engil, visando visando um aumento de eficácia do apoio às áreas produtivas, com optimização de recursos e redução de custos.

Em termos de Segurança, regista-se com satisfação a redução dos índices de frequência e gravidade, sendo de salientar a não ocorrência de qualquer acidente mortal, ou mesmo grave.

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, o balanço individual de Mota & Companhia, SA, integra muitas das actividades que para além da construção nacional, pelo que, expurgando já esse efeito, a facturação de Mota & Companhia, SA somente como construtora a nível nacional, atingiu um total de proveitos operacionais de 233.568 mil euros e resultados operacionais de

9.522 milhares de euros, respectivamente comparáveis com 208.143 milhares de euros e 10.014 milhares de euros alcançados no ano anterior.

A carteira de encomendas da empresa era de 646,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002.

4.1.3. - Associadas da Construção Nacional

SOPROCIL

Embora os resultados tenham ficado aquém do previsto (o RAI foi de 205.936 euros contra uma previsão no início do ano de 276.000 euros), reflexo das dificuldades acrescidas nesta actividade, que são conhecidas, a empresa consolidou a sua posição de empresa regional importante (trabalha em quase todo o Algarve e a expansão no Alentejo é uma realidade), facturando 20.382.000 euros e avançando forte-mente na sua organização interna, de que o facto mais relevante é a sua certificação pela norma ISO 9001/2000.

GEOGRANITOS

A Geogranitos facturou em 2002 cerca de 45% menos que em 2001, resultado do decréscimo de actividade no sector.

As dificuldades que a Empresa enfrentou durante o ano de 2002 resultaram fundamentalmente do facto de se tratar de um ano pós-eleições Autárquicas acrescido das restrições impostas pelo Governo no que respeita ao endividamento das Autarquias, dando origem à limitação da sua actividade durante o ano de 2002.

No 2º semestre, deu-se início a um processo de reestruturação, a concluir durante o ano de 2003, cujo objectivo é a redução dos encargos gerais da Empresa.

Pretende-se, ainda, diminuir a actual dependência da área das pavimentações, apostando em áreas como a Requalificação Ambiental, Urbanismos Comerciais, Renovações de Centros Históricos, Conservação e Manutenção Corrente de Estradas Nacionais, entre outras, que representam uma boa fatia de mercado, sendo necessária uma maior polivalência de meios humanos para a execução destes trabalhos.

A Geogranitos terminou o ano de 2002 com volume de negócios de 6,4 milhões de euros e resultados líquidos negativos de 127 mil euros.

MARFIL

Identicamente à Geogranitos, a Marfil sofreu com a quebra verificada no mercado regional de obras, tendo a sua actividade estado abaixo do projectado no início do ano.

Durante o ano de 2002 a Marfil facturou 4.355.711 euros, com um resultado líquido negativo de 228.159 euros.

PROBISA

Contrariando as estimativas consideradas no orçamento de 2002, o nível de obras lançadas a concurso foi substancialmente inferior ao previsto nesse orçamento, situação que se fez sentir, sobretudo, a partir do segundo semestre do ano.

O valor das vendas e prestação de serviços foi em 2002 de 2.652.043 euros. Em igual período do ano anterior este valor foi de 8.197. 066 euros.

O resultado antes de impostos do exercício foi de 203.121 euros (722.724 euros no ano anterior), sendo o resultado líquido do exercício de 145.314 euros (491.433 euros no ano anterior).

PROBIGALP

As mesmas razões apontadas para a Probisa estão na origem da menor actividade da Probigalp, face ao previsto no início do ano e face ao realizado no ano anterior.

O valor dos Proveitos foi de 4.524.346 euros (6.876.145 euros no ano anterior), e o resultado antes de impostos foi de 525.656 euros (1.066.747 euros no ano anterior), donde resulta uma rentabilidade de 12%, sendo o resultado líquido do exercício de 366.751 euros (723.720 euros no ano anterior).

MAPREL

O ano de 2002 foi profundamente marcado por alguns factores que contribuíram para resultados muito aquém das expectativas legítimas, face ao desempenho da empresa nos últimos anos.

Assim, para um volume de negócios de 14,6 milhões de euros, a empresa atingiu um resultado líquido negativo de 517 mil euros.

As razões desta quebra de actividade e resultados podem resumir-se em:

1. Enorme atraso no arranque das Concessões, nas quais se concentrava uma percentagem muito elevada da carteira de encomendas, originando uma derrapagem no volume de negócios que não foi possível compensar noutros mercados. Tal deveu-se quer à desaceleração económica geral, quer, sobretudo, à feroz concorrência que se acentuou muito ao longo do ano, com prática de preços perfeitamente aviltados.
2. O desenvolvimento da estratégia assumida de encerramento do sector de pavimentos tradicionais, concentrou no exercício em análise a totalidade dos custos decorrentes da desactivação desse sector, na fábrica dos Carvalhos.

3. A aquisição da quase totalidade do capital da nossa participada Maprel Nelas, obrigou-nos a assumir a reestruturação da empresa, concentrando as áreas operacionais na Maprel, o que também originou no exercício em análise custos operacionais mais elevados e não compensados por receitas.

Pensamos contudo que o exercício em análise se traduziu numa situação atípica, que será invertida já em 2003, face à completa reestruturação a que se procedeu, bem como à carteira de encomendas, confortável para o ano agora em curso.

TRACEVIA

O ano de 2002 foi globalmente positivo, tendo-se ultrapassado as previsões do orçamento, circunstância que nos apraz salientar num clima de retracção do mercado de obras públicas e de concorrência desregrada no sector, sobretudo na sinalização horizontal.

De facto, os proveitos globais foram de 7.440.399 euros contra uma previsão de 6.908.000 euros, os resultados antes de impostos foram de 295.227 euros, contra uma previsão de 218 mil euros e os resultados líquidos foram de 139.967 euros, contra uma previsão de 136 mil euros.

4.2. - Construção Internacional

A actividade internacional foi fortemente condicionada pela crise global que vivemos, mas como resulta da análise da actividade que de seguida faremos, as situações nos diversos países em que desempenhamos actividade, tiveram e terão, comportamentos bem diferenciados que poderemos resumir:

América do Sul - O Perú não pode deixar de ser influenciado pela crise que todo este sub-continente atravessa, mas as medidas que tomámos em devido tempo, levam-nos a ter moderada confiança no futuro.

Angola - O processo de Paz criou legítimas expectativas neste mercado que a nossa presença naquele País há mais de 50 anos, permitirão aproveitar.

Europa Central e de Leste - Se bem que 2002 continue conhecido pela não adesão à União Europeia e pelo excesso de capacidade instalada, o acordo obtido para fixar a data em 2004, gera enormes expectativas.

Restantes Países - Continua a verificar-se um agravamento dos índices de concorrência em todos os concursos promovidos por Países em vias de desenvolvimento, apoiados por instituições financeiras internacionais.

Esta análise indicia que o Grupo Mota tem três mercados de enorme potencial, (Angola, Europa Central e de Leste), sendo que nos dois primeiros, temos hoje uma presença forte e reconhecida quer pelas autoridades locais, quer pelos nossos concorrentes.

Acreditamos assim que fizemos as apostas certas nesses mercados, não deixando de acreditar que, com a reestruturação efectuada no Perú e se a crise sul-americana não sofrer qualquer agravamento que afecte ainda mais aquele País, temos condições para que numa futura retoma (que obrigatoriamente acontecerá) estaremos extremamente bem posicionados.

4.2.1. – Angola

O ano de 2002 foi de elevada importância para a República de Angola, visto ter sido o ano do início da Paz.

Este factor abre por si, novas perspectivas para Angola, havendo expectativas optimistas para o desenvolvimento da economia, com particular ênfase para o mercado de obras públicas e construção civil.

Esta abertura do país ao exterior, promove por outro lado mais empresas estrangeiras no mercado, nomeadamente sul-africanas, o que originará uma concorrência mais efectiva.

O ano de 2002 foi ainda ano de relevo para a Mota & Companhia, uma vez que em Janeiro foi inaugurada pelo Ministro das Obras Públicas, a nova sede da Sucursal.

4.2.1.1. – Sucursal

O volume dos proveitos operacionais da Sucursal foi 53,3 milhões de dólares norte americanos. O volume dos proveitos teve um crescimento de 12,9% face a 2001 e superou em 14,8% o valor orçamentado.

Os custos operacionais da Sucursal foram de 41,9 milhões de dólares. Em 2001, o valor destes custos tinha sido de 43,2 milhões. O crescimento dos custos operacionais foi inferior ao dos proveitos, o que indica ganhos de escala.

No decorrer do ano de 2002, destacam-se as conclusões das obras de Reabilitação de 4 troços da Estrada de Namibe Lubango no valor de 8,9 milhões de Euros (obra patrocinada pelo FED) e a Regularização das Encostas do Morro Bento (obra promovida pela Sonangol), tendo o valor dos trabalhos atingido 5,9 milhões de dólares.

De realçar ainda a execução em três meses da Nova Ponte de Benfica (destruída no início do ano pela excessiva pluviosidade que se fez sentir), o começo das obras na Aerogare de Cabinda e a conclusão das obras do INAMET (Instituto de Meteorologia) e Parque Heróis de Chaves, localizado nas traseiras da Assembleia da República.

Foram iniciadas as estradas Viana/Camama (10,1 milhões de dólares) e a Estrada Namibe - PK 77,7 (10,6 milhões); a auto-estrada Viana – Cacuaco foi adjudicada pelo valor de 21,4 milhões de dólares.

Dentro do plano de investimentos, estão ainda em curso o edifício habitacional em Cabinda composto por 18 fogos e área comercial e outro edifício no centro de Luanda composto por 13 fogos e área comercial. Por fim, iniciou-se em 2002 a construção de 65 moradias no designado Condomínio Mota, situado em Luanda Sul.

4.2.1.2. – Associadas

ICER

O saldo final do ano em termos comerciais foi positivo, com os proveitos com a venda de produtos a registarem um acréscimo de 1% comparativamente a 2001. A política comercial seguiu o caminho dos anos anteriores salientando-se uma participação mais arrojada em termos de imagem e de produtos na FILDA 2002 por forma a estar à altura do evento que este ano atraiu muitos visitantes.

A produção anual da Icer esteve em linha com o ano anterior e registou um acréscimo de 4,4% em número de unidades produzidas (7,7% em toneladas cozidas) a que correspondeu um incremento positivo de 8,8% em valor de produção.

No exercício ora findo, assim como nos anteriores, a estratégia da empresa privilegiou o relacionamento intra-grupo, com as reconhecidas sinergias de acção, assim como na manutenção e melhoria da sua carteira de clientes de qualidade do sector da construção civil.

PREFAL

Após um início de ano promissor, em que as metas definidas em termos de volume de vendas estavam a ser atingidas, a Prefal passou por um período de alguma dificuldade devido à Greve Geral que teve lugar durante o 2º Trimestre de 2002. No entanto, e graças ao elevado volume de negócios alcançado durante o 2º Semestre de 2002, a Prefal terminou o ano com vendas de 3,5 milhões de dólares desviando-se positivamente do previsto em orçamento em 264 mil dólares e alcançando uma taxa de crescimento homóloga de 5,03%.

A Prefal terminou o ano com um resultado líquido de 1,25 milhões de dólares, ultrapassando quer o previsto, quer o verificado em 2001, em 42 mil dólares e 221 mil dólares, respectivamente. A Prefal terminou o ano com uma margem operacional de 38,3%.

SONAUTA

Apesar de manter uma actividade operacional positiva, o comportamento da Sonauta foi, uma vez mais, fortemente afectado pela conjuntura cambial. Essa situação e as enormes dificuldades em ultrapassar os problemas inerentes à idade da sua frota, levou a que a empresa ficasse bastante aquém das previsões e encerrasse o ano com resultados negativos de 168 mil euros.

PAVITERRA

O incumprimento sistemático das obrigações contratuais por parte dos Organismos do Estado, ao longo dos últimos anos, no que se refere às datas e montantes a pagar, levou a Paviterra a tomar, em Maio de 1998, a decisão estratégica de apenas realizar obras para as quais existisse a certeza de recebimento.

Apesar do exposto, verificamos que, em relação ao ano de 2001, houve um acréscimo acentuado do investimento de Obras Públicas por parte de Organismos Estatais, assim como, um acréscimo muito acentuado nas obras em parceria com o Grupo.

Para o ano de 2003 a Paviterra, para além de outras obras que lhe venham a ser adjudicadas, tem a perspectiva de executar as seguintes:

1. Projecto dos Acessos e Infra-estruturas da Zona do Porto de Luanda, Secção 1 e 2 – INEA;
2. Soluções Pontuais/Samba-Mausoléu–INEA;
3. Pavimentação da Estrada de Viana-Camama – Mota-Engil;
4. Auto-Estrada em Luanda– INEA;
5. Projecto 5 Estradas Namibe/Lubango – INEA;
6. Projecto 5 Estradas Dombe Grande/Benguela – INEA.

AUTO-SUECO (ANGOLA)

A evolução económica favorável permitiu alcançar os seguintes indicadores:

1. Aumento do volume global de vendas de 10.779.316 dólares para 16.493.693 dólares (aumento percentual de 53%);
2. Manutenção da margem de vendas, pois que o ligeiro aumento notado (de 4,7%) reflecte o aumento do volume de vendas de “produtos novos”, com as consequentes despesas imediatas de preparação e outros encargos de compra.

Analizando o balanço, ressalta do mesmo uma situação económica e financeira saudável, o que naturalmente traduz uma gestão equilibrada tendo possibilitado a obtenção do Resultado Antes de Impostos no valor de 1.148.157 dólares.

4.2.2. – Europa Central e de Leste

4.2.2.1. – Polónia

Em 2002, o mercado de construção polaco sofreu o adiamento de grandes concursos para secções de auto-estradas e vias rápidas tornando a situação do sector ainda mais difícil.

Por outro lado, a recessão do sector verificada nos mercados da UE conduziu a tentativas de penetração de grandes empresas internacionais a necessitarem de conquistar o seu espaço no mercado e com capacidade para suportar custos de implantação elevados.

4.2.2.1.1. – Delegação

A delegação atingiu um volume de negócios de 54,8 milhões de zlotys, comparativamente com 4,8 milhões zlotys de 2001, devido à adjudicação de um grande contrato. Este facto influenciou positivamente o incremento de facturação das associadas KPRD e PBML.

O volume de negócios do ano de 2002 engloba essencialmente a continuação da execução da obra K6 em consórcio com a Dromex. O volume de negócios atingido neste contrato em 2002 cifrou-se em 47,2 milhões zlotys.

4.2.2.1.2. – Associadas

PBM LUBARTOW

O volume de negócios atingiu os 32,8 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 28% quando comparado com o ano transacto.

Pelo primeiro ano, após a aquisição pelo Grupo, os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 139 mil zlotys o que representa uma margem de 0,4% sobre proveitos. O Investimento cifrou-se em 4,1 milhões de zlotys.

KPRD

O volume de negócios atingiu os 118,1 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 44% quando comparado com o ano transacto.

Os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 849 mil zlotys. O Investimento cifrou-se em 10,2 milhões de zlotys. A Autonomia Financeira atingiu no final de 2002, 38%.

No seguimento da estratégia de reestruturação definida para a empresa, nomeadamente a extinção do modelo de organização baseado em delegações, extinção de 4 estaleiros (Mislowice, Nadowice, Nowy Targ e Wroclaw), diminuição do número de trabalhadores (120 em 2002) e custos fixos.

Implementação de uma estratégia comercial direccionada para eliminar o carácter regional da empresa, abandonando progressivamente os concursos não adequados à estrutura e tradição da empresa.

4.2.2.2. – República Checa

SEFIMOTA

O volume de negócios situou-se nos 418 milhões de coroas representando um crescimento do volume de negócios de 18,5% face ao ano anterior.

A actividade da Sefimota centra-se nas obras civis públicas e privadas, sendo de destacar em 2002 a conclusão da obra de Blatna, (lar de terceira idade para a cidade de Blatna) e o Prédio da Nikolajka.

Os resultados operacionais traduzem uma margem de 1%, um valor bem expressivo da competitividade do mercado de construção checo.

O resultado líquido foi de 2.150.481 coroas, acima dos 2.037.656 coroas orçamentados para o ano de 2002 e 75% acima dos verificados em 2001.

O total da carteira de encomendas, a 31 de Dezembro de 2002, aponta para 332 milhões de coroas de trabalhos para realizar durante 2003. A empresa

prevê contudo atingir em 2003 um volume de negócios superior ao verificado em 2002.

MORAVSKE POZEMNÍ STAVBY, AS

A MPS concluiu o seu segundo ano de plena actividade tendo atingido um volume de negócios de 132 milhões de coroas, um crescimento de 58% face ao ano anterior.

Os resultados operacionais cresceram, tendo-se atingido 2.312.926 coroas (comparáveis com 435.703 coroas em 2001).

Os resultados líquidos foram de 1.090.346 coroas, claramente acima dos verificados no ano de 2001 (108.953 coroas). A empresa encontra-se numa situação positiva em termos de carteira de encomendas, apresentando um volume de obras para 2003 de 125 milhões de coroas.

M-INVEST, SRO

A M-Invest apresentou no final de 2002 um total de vendas de 132 milhões de coroas, acima do inicialmente orçado (123 milhões de coroas).

Dado a elevada qualidade do projecto da Nikolajka e o segmento alto a que se dirige, as vendas não apresentam uma velocidade idêntica aos projectos de gama baixa. Assim, estima-se que até ao final de 2003 se conclua as vendas deste projecto, que hoje em dia já se afirma como uma referência de edifícios no mercado imobiliário de Praga.

A M-Invest possui em carteira outras oportunidades de desenvolvimento imobiliário e continua a estudar propostas de adesão a novos projectos.

M-INVEST NEKLANOVA, AS

A M-Invest Neklanova iniciou a construção do seu projecto residencial “Nova Vyserard” em finais de 2002. Este projecto inclui 35 apartamentos, 4 escritórios e 1 loja comercial. Aguardamos a conclusão da obra em 2003.

4.2.3.- Perú

4.2.3.1 Enquadramento Geral

Durante o ano de 2002 o sector da construção no Perú recuperou 8,3% relativamente ao ano anterior. Este incremento esteve associado ao maior dinamismo do sector privado num contexto de recuperação da procura interna fundamentalmente de habitação social e autoconstrução. A reabilitação e expansão da infra-estrutura viária pelo sector público diminuiu 6% reflexo da menor actividade na construção e reabilitação de estradas. Os investimentos em infra-estruturas mineiras diminuíram ligeiramente consequência da envolvente da conjuntura internacional de que depende este mercado directamente.

4.2.3.2. Translei

A actividade da Translei, associada da Mota & Companhia para estes mercados, foi condicionada pela evolução negativa do mercado onde está inserida, obras públicas e mercado de infra-estruturas mineiras pelo que registou uma baixa de actividade em cerca de 26%, com a consequente reestruturação da Empresa para estes níveis de facturação. Num mercado altamente competitivo e com um excesso de capacidade de produção, a diminuição de margens operacionais é a consequência natural e imediata. Os resultados obtidos, residualmente negativos, demonstram a capacidade da empresa em se adaptar a novas situações e em superar as dificuldades conjunturais de Mercado preparando-se para a nova fase do ciclo económico Peruano que se prevê próximo.

À semelhança dos exercícios anteriores, a empresa concentrou grande parte da sua actividade junto das grandes companhias mineiras (clientes privados), principalmente no cliente tradicional (desde há mais de 10 anos), Mineira Yanacocha.

Pelas razões referidas o volume de negócios da empresa cifrou-se em 24,8 milhões de euros e os resultados líquidos foram negativos em 288 mil euros.

4.2.4. Moçambique

A presença da Mota & Companhia neste mercado continuará a ser a assegurada pela Emocil, que, durante o ano de 2002, atingiu um volume de produção de 82,7 mil milhões de meticais, equivalente a 3,5 milhões de dólares. Este valor representa um decréscimo de cerca de 25% relativamente ao ano de 2001 e menos 30% relativamente ao planificado para o ano.

Das obras concluídas em 2002, salientam-se as seguintes: Edifícios de Escritórios e Hotel em Lichinga; Edifícios da Direcção Provincial do Plano e Finanças em Lichinga; Instituto de Ciências de Saúde em Maputo; Moradia do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Reabilitação da Escola Industrial da Matola.

Para o ano de 2003, das obras em curso há cerca de 1,4 milhões de dólares de trabalhos para realizar e mais 1 milhão de dólares no edifício de oito apartamentos a construir com investimento próprio, denominado Condomínio Ponta Vermelha.

4.2.5. - Benin

Consistindo esta empreitada na execução de um projecto de reabilitação e reforço de pavimentos numa extensão de 210 Km, entre Dassa e Parakou durante os primeiros meses de 2002, foram executados diversos estudos

técnicos de pesquisa das condições reais do pavimento existente para se definir a melhor solução técnico/económica a implementar.

Definida em Maio de 2002 a solução técnica para o 1º troço de estrada, na extensão de 55 Km, demos início em Julho ao arranque dos trabalhos de pavimentação propriamente ditos que consistem sobretudo na aplicação de massas betuminosas em camadas de base e desgaste, tendo sido executado até Dezembro/2002 45 Km de estrada deste troço.

4.2.6. - Chade

Com a adjudicação da execução do projecto da estrada N'Gaoundere-Touboro-Moundou na extensão de 135 Km, projecto este financiado pela União Europeia demos início em Abril de 2002 à mobilização de meios para a execução desta empreitada de logística algo complicada pela própria localização do País.

Concluída esta fase de trabalhos dentro do prazo previsto (Dezembro 2002), passamos a ter reunidas as condições necessárias, para darmos início aos trabalhos.

4.3. - Ambiente

4.3.1. - Referências Gerais

Durante o exercício de 2002 o Grupo Mota-Engil, - com consequências na actividade das associadas do Grupo Mota que operam nestes segmentos -, viu-se na necessidade de proceder a uma reflexão estratégica nesta área de actividade procurando estabelecer prioridades nos investimentos possíveis ao mesmo tempo que se vê obrigado a aguardar, com alguma ansiedade, a esperada clarificação do papel a desempenhar pelas Empresas Privadas nesta área de negocio e, em particular, nos domínios da água e dos resíduos onde, actualmente, as Empresas Públicas desempenham um papel de quase

monopólio tendo vindo a ser reservado ao sector privado uma função marginal num mercado restrito onde as oportunidades de crescimento são, na actual conjuntura, quase inexistentes para este sector.

De referir ainda, com grande ênfase, o crescimento do crédito sobre clientes (Câmaras Municipais e Associações de Municípios) que, a manter-se em 2003 obrigará a uma tomada de medidas de emergência que obriguem as Câmaras e Associações de Municípios a respeitar as obrigações contratuais.

4.3.2. – Análise por Segmento

4.3.2.1. – Resíduos

Durante o exercício de 2002 a actividade das associadas do Grupo Mota actuates nesta área de negócios decorreu de um modo satisfatório tendo em conta a significativa paralisação verificada em termos de concursos públicos de prestação de serviços no âmbito da recolha e limpeza urbana.

A Suma, associada do Grupo Mota para este segmento, viu o seu volume de negócios resultante da actividade de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos crescer globalmente de 23,2 milhões de euros em 2001 para 30,1 milhões de euros em 2002, ou seja, crescimento de 30% em 2002.

Igualmente, durante 2002 obtivemos uma licença ambiental para construir e explorar um aterro de resíduos industriais no Concelho do Seixal através da Ecodetra, detida a 24,5% pela Mota & Companhia. Prevemos iniciar a construção desse aterro em 2003 mediante um investimento estimado e 3,2 milhões de euros.

4.3.2.2. – Água

A participação do Grupo neste negócio faz-se mediante uma participação financeira de 14% da Mota & Companhia na Indáqua.

A Indáqua é uma sociedade que se dedica, essencialmente, ao negócio das concessões de água e saneamento público. É, neste momento, detentora de 3 contratos de concessão nos concelhos de Fafe (Indáqua Fafe), Santo Tirso e Trofa (Indáqua Santo Tirso) e Santa Maria da Feira (Indáqua Feira).

Cumpre-nos evidenciar a destacada importância estratégica da Indáqua no mercado privado da água em Portugal tendo em conta os investimentos já realizados em imobilizado corpóreo no montante de Euro 40,6 milhões para o conjunto das concessões e até ao final de 2002, dos quais Euro 14,5 milhões respeitam ao exercício findo.

Decorrido um grande período de indefinição quanto ao papel a desempenhar pelas sociedades de direito privado neste sector de actividade, esperamos que as mudanças políticas verificadas em 2002 venham a permitir que, rapidamente, as empresas privadas passem a ter um papel determinante no futuro da gestão da água em Portugal retomando, dessa forma, o caminho que havia sido delineado há cerca de 8 anos quando, face à abertura do mercado a privados, decidimos participar activamente num projecto accionista que originou a criação da Indáqua.

As alterações políticas verificadas em 2002, os compromissos assumidos pelo estado português até 2006 e as intenções já manifestadas por algumas Autarquias quanto à decisão de concessionar levam-nos a supor que os investimentos privados no negócio do ciclo da água voltarão a estar na ordem do dia e que os investidores privados terão aqui uma oportunidade para, valorizando os seus activos, contribuir para a melhoria do ambiente e, consequentemente, do bem-estar das populações.

4.4. – Imobiliário e Turismo

4.4.1. - Referências Gerais

4.4.1.1. – Imobiliário

Face à conjuntura actual, a existência de activos em carteira permite que os recursos humanos afectos a esta actividade se concentrem no seu desenvolvimento, com estudos e projectos que permitam a sua valorização e viabilização em termos urbanísticos. Prevemos, no entanto, lançar a curto prazo alguns empreendimentos que pela sua qualidade e localização consideramos que serão facilmente absorvidos pelo mercado.

A Actividade Imobiliária de 2002 foi também afectada, conforme referido, pelo atraso e indefinições provocadas pelas entidades licenciadoras, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto, não tendo sido possível, conforme inicialmente previsto, avançar com os empreendimentos a desenvolver no terreno das antigas instalações da "Metalúrgica Duarte Ferreira", na Marginal do Douro e a 2ª Fase do empreendimento "Ribeira da Granja" localizado na Rua de Requesende, Porto.

Aguardamos que a Câmara Municipal do Porto, aprove a reformulação do projecto de loteamento dos nossos terrenos da "Quinta da China" situados na Marginal do Rio Douro, situação geradora de um enorme atraso no lançamento do empreendimento a promover neste terreno.

Aguardamos a aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa do projecto de construção do "Edifício Báltico", a implantar num lote na Expo que adquirimos em Dezembro de 2000. Estamos, simultaneamente, a analisar a melhor forma de abordagem ao mercado na perspectiva da sua comercialização.

No entanto temos a salientar que durante o ano em análise:

1. Foram concluídos os "Lotes 10 e 11 da Galiza" (última fase do empreendimento Mota Galiza) encontrando-se já vendidos todos apartamentos;
2. Foi concluída a 1ª Fase do empreendimento da "Ribeira da Granja", estando já vendidas 50% das suas fracções;
3. O desenvolvimento do empreendimento "Alto de Perogil", em Tavira, decorreu a bom ritmo, com a sua construção em fase de conclusão, estando já vendido 47% do empreendimento;
4. Foram concluídas as obras de reconversão e adaptação da Casa da Calçada, em Amarante, referente às zonas habitacional e de comércio, e;
5. Prosseguiu o desenvolvimento dos estudos urbanísticos com vista à obtenção de um alvará de loteamento a desenvolver nos nossos terrenos da "Quinta da Torre", em Braga.

4.4.1.2. - Turismo

O sector de turismo mereceu em 2002 a nossa especial atenção, tendo levado a efeito acções de dinamização das diversas unidades que exploramos.

A nossa acção centralizou-se muito na fidelização de clientes assegurando serviços de qualidade que permitem consolidar e valorizar a nossa imagem quer no mercado interno quer externo.

Salientamos o início da construção das "Esplanadas das Tílias", junto à Estalagem da Casa da Calçada, com uma localização privilegiada sobre o rio Tâmega e em frente ao Mosteiro de S. Gonçalo em Amarante.

4.4.2. – Volume de Negócios e Resultados Líquidos

De seguida apresenta-se mapa comparativo de alguns indicadores das principais empresas do segmento de Promoção Imobiliária:

MOTADÓMUS

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	102.503	0	-
Resultados Operacionais	-122.124	-172.653	29%
Resultado Líquido	127.976	117.423	9%
Cash Flow	130.736	186.239	-30%
Capitais Próprios	255.571	163.506	56%
Activo Líquido	8.016.508	8.093.631	-1%

AURIMOVE

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	5.006.044	5.397.995	-7%
Resultados Operacionais	466.567	196.223	138%
Resultado Líquido	274.328	383.209	-28%
Cash Flow	274.328	383.209	-28%
Capitais Próprios	4.359.797	4.010.715	9%
Activo Líquido	18.534.595	20.055.458	-8%

MOTAVISO

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	6.038.866	2.851.032	112%
Resultados Operacionais	312.348	189.775	65%
Resultado Líquido	113.490	99.020	15%
Cash Flow	113.490	99.020	15%
Capitais Próprios	727.854	614.363	18%
Activo Líquido	11.124.277	5.697.968	95%

e do segmento de Turismo:

RTA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	1.033.722	516.528	100%
Resultados Operacionais	-824.123	-671.597	-23%
Resultado Líquido	-410.731	1.061.370	-139%
Cash Flow	38.522	1.455.640	-97%
Capitais Próprios	7.593.038	9.154.065	-17%
Activo Líquido	21.195.463	20.108.867	5%

SGA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	368.346	419.171	-12%
Resultados Operacionais	-466.404	-345.603	-35%
Resultado Líquido	-293.708	-304.977	4%
Cash Flow	-17.530	-37.038	53%
Capitais Próprios	2.854.160	2.792.906	2%
Activo Líquido	4.834.519	4.595.324	5%

4.5. – Concessões Rodoviárias

Conforme é já do conhecimento dos Senhores Accionistas, as empresas onde participamos, são consolidadas no Grupo, durante a fase de investimentos, como participação financeira.

É de referir ainda que:

1. Foi adjudicado ao Consórcio que a Mota & Companhia lidera, a SCUT do Grande Porto. Esta concessão, que envolve um conjunto de cerca de 66 km de auto-estradas na região metropolitana do Porto, vem juntar-se à Concessão Norte (Aenor) e às SCUTS Costa de Prata e Beiras Litoral e Alta (IP5), anteriormente adjudicadas a consórcios liderados pela Mota-Engil, totalizando mais de 500 km de auto-estradas e investimentos da ordem dos 3,7 mil

milhões de euros. A Mota & Companhia, que foi um dos pioneiros no mercado de concessões rodoviárias em Portugal através da participação na Lusoponte, passa agora a ser, em conjunto com a Engil, como maior accionista destas quatro concessões, concessionário de uma rede integrada de auto-estradas no Norte de Portugal, que possibilitará a ligação entre as principais cidades da região, e proporcionará a mais conveniente ligação com Espanha. Consolida-se assim a posição em concessionárias que, no seu conjunto, constituem o segundo maior operador privado de infra-estruturas rodoviárias em Portugal e um dos maiores da Europa.

2. Na Grécia, o Consórcio Odopoesis, liderado pelo Grupo Mota-Engil e também com participação da Mota & Companhia, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Michaniki e Themeliodomi, foi pré-qualificado para o concurso internacional para a concessão do projecto Corinto-Tripoli-Kalamata/Lefktron-Sparti, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de portagens reais, de cerca de 193 kms de auto-estradas, dos quais 81 km para construir de raiz.

3. O Consórcio Togher Toll, liderado Grupo Mota-Engil e igualmente com participação da Mota & Companhia, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha) e a Mowlem (Inglaterra), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Coffey e Priority, foi pré-qualificado e apresentou proposta para o concurso internacional para a concessão do projecto N8 Rathcormac to Fermoy Bypass, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de portagens reais, de cerca de 18 km de auto-estradas na República da Irlanda.

4. Os grandes atrasos verificados, por motivos não imputáveis às Concessionárias, no normal desenvolvimento e, portanto, no arranque dos trabalhos de construção das Concessões Norte e Costa de Prata afectaram,

severamente, como não podia deixar de ser, a facturação da Mota & Companhia e da Engil no exercício em análise.

Acreditamos sinceramente, face à nova dinâmica de coordenação entre os Serviços do Concedente, Instituto das Estradas de Portugal, e os Serviço do Ministério do Ambiente, se verifique ao longo do ano de 2003 o desbloqueamento de todos os condicionalismos.

5. - Análise Económico-Financeira das Contas Consolidadas

A informação financeira apresentada nos capítulos anteriores deste relatório, relativa às empresas do grupo dizia respeito à actividade económica, em termos individuais das respectivas empresas, tendo-se por isso excluído o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, quando o mesmo seria aplicável nas contas sociais, e o efeito do intra-grupo na análise das contribuições para o volume de negócio consolidado. Neste capítulo iremos analisar o desempenho do Grupo Mota em termos consolidados.

Os Proveitos Operacionais Consolidados do Grupo Mota ascenderam a 435,5 milhões de euros, com Resultados Operacionais de 26.893.046 euros o que significa uma Margem "EBIT" , sobre os Proveitos Operacionais de 6,2%. Comparativamente a 2001, estas grandezas representam um ligeiro crescimento (1%) ao nível dos Proveitos Operacionais e de 0,2% ao nível dos Resultados Operacionais, com uma muito ligeira redução (0,05%) da Margem "EBIT" face a 2001.

Se considerarmos as Amortizações e Provisões do Exercício, que em 2002 ascenderam a 32.338.594 euros, conclui-se que o "EBITDA" foi de 59.231.640 euros o que representa uma Margem "EBITDA", sobre os proveitos operacionais, de 13,6% (13,3% em 2001).

O Resultado Líquido, em 2002, ascendeu a 4.844.722 euros, face a 7.853.405 euros em 2001.

O "Cash-Flow" Líquido do exercício totalizou o montante de 37.810.026 euros, contra 43.010.441 euros.

O Capital Próprio da sociedade situava-se, em 31 de Dezembro de 2002, em 167.162.363 euros, sem Interesses Minoritários e com a sua inclusão em 175.078.210 euros.

O Activo Líquido era em 31 de Dezembro de 2002 de 688.032.729 euros, sendo o índice de Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Activo Líquido) de 25,4%.

O investimento em Imobilizado Técnico realizado em 2002 totalizou 61.541.392 euros.

A Carteira de Encomendas do Grupo Mota ascendia, em 31 de Dezembro de 2002, a 983,7 milhões de euros.

6. - Perspectivas

Tendo em as condições da economia e a conjuntura dos sectores de actividade em que a Mota & Companhia e suas associadas operam, e conjungando esses factores com o momento importante da vida da sociedade (pela anunciada fusão com a Engil, SA e a Mota-Engil Internacional, SA), para o ano de 2003, expectamos:

1. consolidação orgânica da maior empresa nacional de Construção;

2. ligeiro crescimento da actividade (medida pelo volume de proveitos operacionais) sempre dependente da redução de importância dos factores negativos que afectaram o ano de 2002;
3. manutenção dos níveis de rentabilidade operacional, apesar do crescimento da concorrência nos principais mercados de intervenção da Mota & Companhia (pela concretização dos efeitos das sinergias decorrentes da reorganização orgânica).

7. – Proposta do Conselho de Administração para a Aplicação dos Resultados do Exercício da Mota & Companhia, SA

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta, do Conselho de Administração da Mota & Companhia, SA, à Assembleia Geral Anual, distribuição dos Resultados Líquidos do exercício, no valor de 4.844.721,61 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 242.236,08 euros;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 22º, nº 2 dos Estatutos o montante de 190.000,00 euros, correspondentes a cerca de 4%;
- c) Para distribuição pelos Quadros da Sociedade, a título de participação nos lucros, o valor global de 500.000,00 euros;
- d) Para distribuição aos Accionistas, Euro 0,25 por acção, cativos de impostos, o valor global de 3.500.000,00 euros;
- e) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 412.485,53 euros.

8. – Nota Final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 19 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração,

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota
Presidente

Eng. Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Vice-Presidente Executivo

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota
Vogal

Eng. Fernando Manuel Pereira de Lima Roseira
Vogal

Eng. Luís José Donas Boto Vaz Pato
Vogal

Eng. Luís Miguel Côrte-Real Faria de Magalhães
Vogal

Eng. Paulo José Ferreira de Sousa Dias Pinheiro
Vogal

INFORMAÇÃO PRESTADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO CINCO DO ARTIGO 447º E NO NÚMERO QUATRO DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Detendo, em 2002.12.31 acções de															
	MOTA-ENGIL,SGPS, SA				ALGOSI, SGPS, SA		VALLIS, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		SOMOTA, SGPS, SA				FM, SGPS, SA	
	Qt.I	Mov.	Qt.F	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.I	Mov.	Qt.F	%	Qt.	%
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	2.025.005	0	2.025.005	1,0	539	5,4	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	2.100.000	0	2.100.000	1,0	539	5,4	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MÁRIO JORGE DE MELO FARIA DE BARROS (ENGº) E CÔNJUGE	62.390	0	62.390	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	28	0	28	0,0	0	0,0
LUIS JOSÉ DONAS BOTO VAZ PATO (ENGº) E CÔNJUGE	24.065	-24.065	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENGº) E CÔNJUGE	25.000	0	25.000	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	58	0	58	0,0	0	0,0
MARCOS LEVI SAMPAIO CAETANO RAMALHO (ENGº)	22.280	0	22.280	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
LUIS GONZAGA BRAGA DE MADUREIRA (DR.) E CÔNJUGE	15.290	0	15.290	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	69.187.566	-713.917	68.473.649	33,5	2.550	25,5	10.200	51,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA	39.635.345	0	39.635.345	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
VALLIS - SGPS, SA	39.635.305	0	39.635.305	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
SOMOTA, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4.200.000	70,0	0	0	0	0,0	0	0,0
FM, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	587.799	186	587.985	58,8	0	0,0

Os restantes membros dos Órgãos Sociais não são titulares dos valores mobiliários em causa.

Informação Prestada nos Termos do Disposto na Alínea E) do Número Um do Artigo Sexto do Regulamento da CMVM 11/2000

MOTA – ENGIL, SGPS, SA. por escritura de 31 de Julho de 2001, no 1º Cartório Notarial de Lisboa, ficou a dominar totalmente a sociedade Mota & Companhia, SA encontrando-se registada essa aquisição desde 8 de Agosto de 2001, tendo sido a deliberação de manutenção do domínio total igualmente registada na Conservatória do Registo Comercial de Amarante, em 2 de Maio de 2002.

	2002			2001
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	4.040.183	3.971.190	68.993	228.508
Despesas de investigação e desenvolvimento	123.883	120.640	3.243	244.126
Propriedade industrial e outros direitos	330.196	69.919	260.277	230.482
Trespases	0	0	0	0
Imobilizações em curso	339.395		339.395	191.764
Diferenças de consolidação	15.354.527	2.079.120	13.275.407	15.449.869
	20.188.184	6.240.869	13.947.315	16.344.749
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	23.285.300	3.438	23.281.862	22.386.683
Edifícios e outras construções	60.822.954	14.571.687	46.251.267	36.847.235
Equipamento básico	193.713.553	129.702.305	64.011.248	60.313.082
Equipamento de transporte	105.796.761	65.986.027	39.810.734	29.242.322
Ferramentas e utensílios	6.508.110	4.482.815	2.025.295	2.599.500
Equipamento administrativo	14.482.878	8.918.646	5.564.232	5.083.297
Taras e vasilhame	3.180.279	1.906.814	1.273.465	1.130.388
Outras imobilizações corpóreas	836.037	465.061	370.976	332.993
Imobilizações em curso	19.545.041		19.545.041	23.030.868
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3.988.557		3.988.557	2.927.907
	432.159.470	226.036.793	206.122.677	183.894.275
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	10.190.014	5.248	10.184.766	11.506.397
Empréstimos a empresas associadas	1.765.022		1.765.022	2.078.780
Partes de capital em outras empresas participadas	2.088.345		2.088.345	4.380.452
Empréstimos a outras empresas participadas	3.323.719		3.323.719	2.366.189
Títulos e outras aplicações financeiras	37.987.335	1.558.874	36.428.461	32.053.382
Outros empréstimos concedidos	398.604		398.604	398.604
Imobilizações em curso	0		0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	276.089		276.089	73.802
	56.029.128	1.564.122	54.465.006	52.857.605
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	21.655.043	119.748	21.535.295	27.152.159
Produtos e trabalhos em curso	18.262.714		18.262.714	14.290.618
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	226.057		226.057	194.363
Produtos acabados e intermédios	7.910.356	51.371	7.858.985	5.571.044
Mercadorias	18.930.505	95.304	18.835.201	14.560.942
Adiantamentos por conta de compras	1.492.658		1.492.658	1.444.999
	68.477.333	266.423	68.210.910	63.214.125
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes, c/c	11.018.127		11.018.127	11.256.147
Clientes-Títulos a receber	13.822.798		13.822.798	13.822.798
Empresas associadas	25.331.521		25.331.521	25.331.616
	50.172.446	0	50.172.446	50.410.561
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	143.656.877	3.671.685	139.985.192	159.989.875
Clientes-Títulos a receber	14.416.716		14.416.716	12.545.949
Clientes de cobrança duvidosa	2.848.769	2.649.539	199.230	986.962
Empresas associadas	3.509.663		3.509.663	2.465.917
Empresas participadas e participantes	8.979.439		8.979.439	4.097.521
Outros accionistas (sócios)	3.503		3.503	349.863
Adiantamentos a fornecedores	5.222.210		5.222.210	3.851.915
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0		0	0
Estado e outros entes públicos	3.318.651		3.318.651	3.798.955
Outros devedores	21.094.271	121.424	20.972.847	23.727.346
Subscritores de capital	0		0	0
	203.050.099	6.442.648	196.607.451	211.814.303
Títulos negociáveis:				
Ações em empresas associadas			0	0
Obrigações em empresas associadas			0	0
Outros títulos negociáveis			0	145.507
Outras aplicações de tesouraria			0	0
	0	0	0	145.507
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	12.439.407		12.439.407	17.264.554
Caixa	767.036		767.036	542.692
	13.206.443		13.206.443	17.807.246
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	58.506.963		58.506.963	72.959.183
Custos diferidos	17.658.300		17.658.300	8.441.218
Activos por impostos diferidos	9.135.218		9.135.218	
	85.300.481		85.300.481	81.400.401
Total de amortizações		233.820.774		
Total de provisões		6.730.081		
Total do activo	928.583.584	240.550.855	688.032.729	677.888.772

Capital Próprio e Passivo	2002	2001
Capital próprio:		
Capital	70.000.000	70.000.000
Acções (quotas) próprias - Valor nominal	0	
Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios		
Prestações suplementares	0	
Prémios de emissão de acções (quotas)	76.397.183	76.397.183
Diferenças de consolidação	14.313.986	18.069.780
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-27.478.366	-23.562.919
Reservas de reavaliação	19.401.986	19.690.029
Reservas:		
Reservas legais	6.275.214	5.882.544
Reservas estatutárias		
Reservas contratuais		
Outras reservas	3.407.638	3.631.942
Resultados transitados		
	162.317.641	170.108.559
Resultado líquido do exercício	4.844.722	7.853.405
Dividendos antecipados		
Total do capital próprio	167.162.363	177.961.964
Interesses minoritários	7.915.847	6.751.582
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões		
Provisões para impostos		
Outras provisões para riscos e encargos	11.686.538	22.384.421
	11.686.538	22.384.421
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Não convertíveis	29.925.000	62.346.864
Dívidas a instituições de crédito	50.590.324	48.967.861
Outros empréstimos obtidos	14.774.820	29.583.388
Adiantamentos por conta de vendas	16.372.549	16.277.744
Empresas do grupo	29.510.932	24.974.591
Outros accionistas (sócios)	421.355	161.117
Fornecedores de imobilizado	26.073.772	18.696.192
Outros credores	2.582	61.822
	167.671.334	201.069.579
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Convertíveis		
Não convertíveis	32.421.863	0
Empréstimos por títulos de participação	0	0
Dívidas a instituições de crédito	106.829.744	54.040.923
Adiantamentos por conta de vendas	21.007.621	9.508.156
Fornecedores, c/c	82.058.234	110.133.016
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	388.186	87.093
Fornecedores - Títulos a pagar	10.568.176	5.761.817
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0	47.510
Empresas do grupo	1.520.564	51.690
Empresas associadas	0	1.975.678
Outros accionistas (sócios)	193.976	1.532.925
Adiantamentos de clientes	2.633.597	2.598.440
Outros empréstimos obtidos	14.881.492	37.160
Fornecedores de imobilizado, c/c	19.743.338	16.047.362
Estado e outros entes públicos	8.366.755	11.894.710
Outros credores	4.540.513	8.161.599
	305.154.059	221.878.079
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	11.901.059	10.994.396
Proveitos diferidos	7.761.888	36.848.751
Passivos por impostos diferidos	8.779.641	
	28.442.588	47.843.147
Total do passivo	512.954.519	493.175.226
Total do capital próprio, interesses minoritários e do passivo	688.032.729	677.888.772

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2001

Unidade: Euros

	2002		2001	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	1.954.857		10.754.898	
Matérias	76.956.621	78.911.478	74.352.334	85.107.232
Fornecimentos e serviços externos		206.981.334		194.697.160
Custos com o pessoal:				
Remunerações	70.262.618		68.927.466	
Encargos sociais:				
Pensões	196.736		308.443	
Outros	14.977.654	85.437.008	15.722.396	84.958.305
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	31.085.169		31.765.123	
Provisões	977.628	32.062.797	2.030.165	33.795.288
Impostos	1.701.401		2.752.373	
Outros custos e perdas operacionais	3.515.917	5.217.318	2.802.828	5.555.201
(A)		408.609.935		404.113.186
Amortizações e provisões de aplicações e invest financ		275.797		275.855
Juros e custos similares				
Relativos a empresas associadas	0		0	
Outros	26.614.320	26.614.320	27.987.456	27.987.456
(C)		435.500.052		432.376.497
Perdas em empresas do grupo e associadas		840.802		954.493
Custos e perdas extraordinárias		9.103.770		7.121.178
(E)		445.444.624		440.452.168
Imposto sobre o rendimento do exercício		-279.211		2.697.968
(G)		445.165.413		443.150.136
Interesses minoritários		626.710		1.085.893
Resultado consolidado líquido do exercício		4.844.722		7.853.405
		450.636.845		452.089.434
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas				
Mercadorias	3.543.776		9.009.663	
Produtos	47.657.676		51.231.886	
Prestações de serviços	345.199.410	396.400.862	345.485.388	405.726.937
Variação da produção		10.021.919		3.944.974
Trabalhos para a própria empresa		13.728.536		11.263.712
Proveitos suplementares	984.600		655.684	
Subsídios à exploração	661.359		465.544	
Outros proveitos e ganhos operacionais	13.705.704	15.351.663	8.888.760	10.009.988
(B)		435.502.980		430.945.611
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	1.230.329		1.206.078	
Relativos a outras empresas	0		0	
Rendimentos de tít negoc e outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas associadas	0		0	
Outros	846.018		566.405	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas associadas	0		0	
Outros	6.209.589	8.285.936	12.244.495	14.016.978
(D)		443.788.916		444.962.589
Proveitos e ganhos extraordinários		6.847.929		7.126.845
(F)		450.636.845		452.089.434
RESUMO:				
Resultados operacionais:(B)-(A)=	26.893.045		26.832.425	
Resultados financeiros:(D-B)-(C-A)=	-18.604.181		-14.246.333	
Resultados correntes:(D)-(C)=	8.288.864		12.586.092	
Resultados antes de impostos:(F)-(E)=	5.192.221		11.637.266	
Resultado consolidado com os intminoritexerc:(F)-(G)=	5.471.432		8.939.298	

O Técnico de Contas

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA POR FUNÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
DE 2002**

Unidade: Euros

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	396.400.862	405.726.937
Custo das vendas e das prestações de serviços	-380.722.156	-370.957.523
Resultados brutos	15.678.706	34.769.414
Outros proveitos e ganhos operacionais	45.950.047	32.345.519
Custos de distribuição	-7.216.943	-5.274.689
Custos administrativos	-24.557.288	-29.446.951
Outros custos e perdas operacionais	-5.217.318	-5.555.201
Resultados operacionais	24.637.204	26.838.092
Custo líquido de financiamento	-20.680.528	-16.018.816
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	389.527	251.585
Ganhos (perdas) em outros investimentos	846.018	566.405
Resultados correntes	5.192.221	11.637.266
Impostos sobre os resultados correntes	279.211	-2.697.968
Resultados correntes após impostos	5.471.432	8.939.298
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os resultados extraordinários		
Resultados líquidos	5.471.432	8.939.298
Interesses Minoritários	-626.710	-1.085.893
Resultado consolidado líquido do exercício	4.844.722	7.853.405

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2001

Unidade: Euros

	2002		2001	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
(+)Recebimentos de clientes	432.476.706		410.168.711	
(-)Pagamentos a fornecedores	-286.862.162		-241.743.572	
(-)Pagamentos ao pessoal	-64.793.909		-58.764.919	
Fluxo gerado pelas operações	80.820.635		109.660.220	
(-/+)Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.834.234		-3.457.458	
(+/-)Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-44.458.699		-52.049.519	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-49.292.933		-55.506.977	
(+)Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1.905.999		2.155.757	
(-)Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-884.754		-2.562.167	
Fluxos de actividades operacionais[1]		32.548.947		53.746.833
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(+)Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	4.443.017		643.147	
Imobilizações corpóreas	2.226.149		5.339.688	
Imobilizações incorpóreas	0		136	
Subsídios de investimento	0		1.381.222	
Juros e proveitos similares	358.936		250.763	
Dividendos	0		0	
Outros	711.738	7.739.840	572.603	8.187.559
(-)Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-5.133.089		-7.378.874	
Imobilizações corpóreas	-52.231.529		-12.256.371	
Imobilizações incorpóreas	-2.144.712		60.374	
Outros	-7.829.746	-67.339.076	-5.033.410	-24.608.281
Fluxo das actividades de investimento[2]		-59.599.236		-16.420.722
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(+)Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	81.116.654		30.627.775	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0		4.973.497	
Subsídios e doações	16.527		412.066	
Venda de acções(quotas)próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros	1.766.882	82.900.063	25.733	36.039.071
(-)Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-16.743.853		-30.472.726	
Amortizações de contratos de locação financeira	-17.325.525		-11.342.656	
Juros e custos similares	-16.380.200		-22.334.799	
Dividendos	-5.859.834		-6.344.701	
Reduções de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções(quotas)próprias	0		0	
Outros	-2.039.535	-58.348.947	-6.034	-70.500.916
Fluxo das actividades de financiamento[3]		24.551.116		-34.461.845
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-2.499.173		2.864.266
Efeito de perímetro e das diferenças de câmbio		-2.247.137		205.061
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.952.753		14.883.426
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13.206.443		17.952.753

O Técnico de Contas

A Administração

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002**

(Montantes expressos em Euros)

1 - Operações materialmente relevantes do exercício:

1.1 - Aquisições de investimentos financeiros

FIRMA	Pago por caixa e equivalentes
Aenor – Auto-estradas do Norte SA.	1.159.731
Lusoscut Auto Estradas da Costa de Prata	1.031.973
Lusoscut Auto Estradas das Beiras Litoral e Alta	983.080
Lusoscut Auto Estradas do Grande Porto	728.554
MTS – Metro, transportes do Sul, SA	678.300
Outros	551.451
Total	5.133.089

1.2 - Alienações de investimentos financeiros

FIRMA	Recebimento por caixa e equivalentes
Mota Hungária, RT.	3.804.095
Outros	638.922
Total	4.443.017

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2002	2001
Numerário	767.036	542.692
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	12.439.307	17.264.554
Caixa e seus equivalentes	13.206.443	17.807.246
Outras disponibilidades	0	0
Disponibilidades constantes do balanço	13.206.443	17.807.246

Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS
POR NATUREZAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Mota & Companhia, S.A. ("Grupo") é constituído pela Mota & Companhia, S.A. e subsidiárias (Notas 1 a 6) e tem como actividade principal a execução, mediante contrato de empreitada, de obras públicas e particulares, e como actividade auxiliar a recolha e tratamento de resíduos sólidos ou líquidos, a promoção, construção e venda de conta própria, de empreendimentos imobiliários e turísticos, a compra de terrenos e prédios para venda, a elaboração de estudos técnicos de engenharia e a montagem de equipamento, para além das actividades agro-pecuárias e florestais.

As notas que seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pela aplicação do método de integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do nº1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 239/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto), suas sedes sociais, proporção do capital detido e respectivos valores por livros, bem como um resumo da informação financeira referida a 31 de Dezembro de 2002 são as seguintes (todos os montantes antes de aplicação do método de equivalência patrimonial nas contas individuais de cada empresa):

Denominação Social	Sede	Percentagem do capital detido	Total do activo	Total dos capitais próprios	Total de proveitos operacionais	Lucro/ (Prejuízo) no exercício
Mota & Companhia, SA	Amarante	-	572.575.224	152.997.040	315.753.519	2.311.597
Aurimove - Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda.	Porto	63,80%	18.534.595	4.359.797	5.006.044	274.328
Edifício Mota Viso - Sociedade Imobiliária, Lda	Porto	75,00%	11.124.277	727.854	6.038.866	113.490
Emocil - Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária, Lda.	Moçambique	75,00%	2.364.615	918.714	3.423.865	914
Geogranitos - Pedreiras de Amarante, Lda.	Amarante	100,00%	9.206.358	923.025	6.439.654	(126.694)
KPRD – Krakowskie Przedsiębiorstwo Robót Drogowych, SA	Polónia	100,00%	14.549.008	5.510.480	29.659.583	211.112
Maprel Nelas, Indústria de Pré-Fabricados, S.A.	Nelas	73,65%	7.743.670	213.106	5.554.134	(264.751)
Maprel – Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-Esforçados, Lda	Vila Nova de Gaia	74,90%	20.051.009	5.470.757	14.632.337	(516.902)
Marfil - Mário Pires & Fiúza, Lda	Ponte Lima	51,19%	3.592.915	33.494	4.312.433	(228.159)
Motadómus, Lda.	Porto	60,60%	8.016.508	255.571	102.503	127.976
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda.	Funchal	100,00%	26.715.460	25.107.693	6.631.251	1.423.500
Prefal-Préfabricados de Luanda, Lda.	Angola	85,00%	5.897.574	5.208.363	4.043.135	1.308.940
Sefimota Stavebni, as	Rep. Checa	80,00%	5.625.056	853.024	12.830.149	66.012
Siltei-Aluguer de Máquinas e Equipamentos, Lda.	Amarante	100,00%	2.644.972	23.190	1.287.839	(159.219)
Suma - Serviços Urbanos Meio Ambiente, SA	Lisboa	61,25%	41.808.289	8.842.023	30.088.492	1.404.390
Tabella Holding, BV	Holanda	100,00%	7.829.408	(6.831.220)	-	(430.601)
Tracevia – Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda	Sintra	77,50%	7.447.369	1.564.404	7.440.399	139.967

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo não consolidadas pelo método de integração global (dado serem imateriais, individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo, segundo o nº1 do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho), registadas na rubrica "Partes de capital em empresas associadas", pela aplicação do método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes sociais, a proporção do capital detido (directa e, ou, indirectamente) e outra informação relevante em 31 de Dezembro de 2002 são os seguintes:

Denominação Social	País	Percentagem do capital detido	Valor por livros	Total dos capitais próprios
Fibreglass Sundlete, Lda.	Moçambique	100,00%	13.940	-
M-Invest Neklanova, sro	Rep. Checa	84,00%	43.345	51.579
M-Invest, sro	Rep. Checa	92,00%	593.291	644.856
Moravian Partner Constructors, sro	Rep. Checa	64,00%	84.988	132.721
Mota Maurícias, Lda.	Maúricias	100,00%	3.716	3.716
Mota Real Estate, sro	Rep. Checa	100,00%	3.070	-
PBM-Lubartow	Polónia	100,00%	1.676.517	1.676.517
Sonauta-Sociedade de Navegação, Lda.	Angola	83,00%	1.658.187	1.997.816
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA	Portugal	51,00%	250.934	486.673

No exercício de 2002, a empresa Maprel Nelas, Indústria de Pré-Fabricados, S.A. passou a ser registada pelo método de consolidação integral, sendo que em 2001 foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

Durante este exercício, foram também alienadas as participações financeiras na Sol-S-Soluções de Suporte e Manutenção, S.A. e na Mota-Hungária, RT anteriormente consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e integração global, respectivamente.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas ao Grupo incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, suas respectivas sedes, a proporção do capital detido e outra informação relevante em 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Denominação Social	País	Percentagem do capital detido	Valor por livros	Total dos capitais próprios
Auto Sueco Angola, SA	Angola	25,50%	1.347.845	5.285.665
Asinter – Comércio Internacional, Lda.	Portugal	30,00%	111.460	371.530
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda.	Angola	45,00%	(27.163)	(60.499)
Cimertex & Companhia, Lda	Portugal	50,00%	156.110	312.220
Duartimove – Util., Equipamentos e Investimentos imobiliários, Lda.	Portugal	50,00%	(1.178)	(2.356)
Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, SA	Portugal	44,70%	-	-
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, SA	Portugal	14,00%	-	79.916
Lusoporte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	Portugal	13,83%	5.968.991	43.159.735
RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA	Portugal	43,47%	3.300.990	7.593.038
Soprocil – Sociedade de Projectos e Construções Civas, SA	Portugal	24,70%	421.523	1.706.570

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, bem como a proporção do capital detido nestas empresas (empresas sem actividade e sem informação disponível em 31 de Dezembro de 2002), são como segue:

Denominação Social	País	Percentagem do capital detido	Valor por livros	Total dos capitais próprios
Mota Cheong Kong – Construções e Investimentos, Lda.	Rep. China	100,00%	9.976	9.976
EMASA, Lda	Angola	95,00%	71.544	75.309
Socibil, SARL	Angola	30,00%	20.323	67.743

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional, suas respectivas sedes, são como segue:

Denominação Social	País	Percentagem do capital detido	Total do activo	Total dos capitais próprios	Total de proveitos operacionais	Lucro (Prejuízo) do exercício
Empresa de Terraplenagem e Pavimentações - Paviterra, SARL.	Angola	49,00%	40.321.095	13.482.314	17.873.126	109.089
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda.	Angola	50,00%	8.895.199	7.217.501	5.293.073	253.688
Probigalp Ligantes Betuminosos, SA	Portugal	25,00%	2.649.194	1.648.328	4.510.356	366.751
Probisa Portuguesa Produtos Betuminosos, SA	Portugal	50,00%	2.884.237	1.804.671	2.882.345	145.314
Transportes Lei, SRL	Perú	45,00%	35.563.601	16.473.846	24.772.792	(288.316)

Nas sociedades acima, a gestão é dividida com os respectivos sócios, pelo que se considera ser o método de consolidação proporcional aquele que melhor representa o efeito da actividade destas empresas nas demonstrações financeiras do Grupo.

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO MENCIONADAS NAS NOTAS ANTERIORES

As empresas não mencionadas nas notas anteriores (registadas conforme mencionado na Nota 18), percentagem de participação, valor de balanço, e suas respectivas sedes, são conforme segue:

Denominação Social	País	Percentagem do capital detido	Valor por livros
Aenor - Autoestradas do Norte, SA	Porto	18,55%	4.338.162
Imosines - Sociedade Imobiliária, Lda.	Sines	10,61%	5.292
Lusoscut - Auto-Estradas da Costa da Prata, SA	Aveiro	18,56%	1.880.685
Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA	Viseu	18,56%	1.950.780
Lusocut - Auto-Estradas do Grande Porto, SA	Matosinhos	18,56%	824.888
Operadora Lusoscut - Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A.	Aveiro	18,56%	1.856
Operadora Lusoscut BLA - Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A.	Viseu	18,56%	1.856
Operadora Lusoscut GP - Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A.	Matosinhos	20,00%	30.000
Operanor - Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A.	Matosinhos	18,55%	1.856
Tratoser - Tratamento e Serviços Ambientais, SA	Lousada	10,00%	5.000
Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	11,86%	593.127

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2002 e 2001, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação repartiu-se da seguinte forma:

	2002	2001
Empresas nacionais	3.188	4.364
Empresas estrangeiras	3.128	2.261
Sucursais	1.701	1.772
	<u>8.017</u>	<u>8.397</u>

Do total indicado em 2002 e 2001, 1.771 e 832 respectivamente, dizem respeito a associadas incluídas pelo método de consolidação proporcional.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

- a) Incluídas no capital próprio. Os saldos apresentados nesta rubrica do capital próprio foram originados na primeira consolidação de demonstrações financeiras e correspondem à diferença entre o custo de aquisição das partes de capital detidas e a proporção dos respectivos capitais próprios contabilísticos, reportadas a 1 de Janeiro de 1992, data da primeira consolidação efectuada pelo Grupo e desta forma, esta rubrica compreende os resultados e reservas das empresas subsidiárias e

associadas, acumulados até àquela data. Adicionalmente, inclui as diferenças de consolidação, basicamente quando negativas, provocadas com a inclusão pela primeira vez no perímetro de consolidação de outras participadas, bem como as anulações por alienação ou saída do perímetro de consolidação das participadas geradoras destas diferenças. Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Diferenças reportadas a 1 de Janeiro de 1992	6.745.384
Outras diferenças negativas	7.568.602

	14.313.986
	=====

- b) Incluídas no activo. Os saldos apresentados nesta rubrica, originados na primeira consolidação das empresas participadas quando existem diferenças positivas entre o custo de aquisição das partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios no momento da compra, são amortizados em geral num período máximo de 20 anos. Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Diferenças de consolidação	15.354.527
Amortização de diferenças de consolidação	(2.079.120)

	13.275.407
	=====

Durante o exercício de 2002, a variação ocorrida nesta rubrica foi provocada pela entrada no perímetro de consolidação da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. (Euro 2.813.997) e da Maprel Nelas – Indústria de Pré-Fabricados, S.A. (Euro 526.700), bem como pela alienação do Grupo Sol-S (Euro 5.282.797).

13. DATAS DIFERENTES NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Apesar da consolidação ser reportada a 31 de Dezembro de 2002, foram incluídas na consolidação e apenas para empresas incluídas pelo método de equivalência patrimonial, demonstrações financeiras referidas a datas diferentes àquela (Notas 3 e 4).

14. ALTERAÇÃO DE PERÍMETRO

Conforme mencionado na Nota 1, procederam-se a algumas alterações no perímetro de consolidação. Destas destaca-se a inclusão da Maprel Nelas, Indústria de Pré-Fabricados, S.A. pelo método de consolidação global (anteriormente consolidada pelo método de equivalência) e a exclusão da Sol-S-Soluções de Suporte e Manutenção, S.A. e da Mota-Hungária, RT (anteriormente consolidadas pelo método de equivalência e integração global, respectivamente).

15. CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelas diversas empresas do Grupo foram aplicados de uma forma consistente entre si e são os que se encontram descritos na Nota 23.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As empresas incluídas na consolidação que detêm participações financeiras em associadas, adoptam o critério de as valorizar nas suas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial ou pelo custo de aquisição, conforme aplicável. Adicionalmente, os critérios de contabilização utilizados para a valorização das participações financeiras em empresas associadas não consolidadas são os descritos na Nota 23. d), ainda que a Empresa-Mãe reconheça as suas participações na AENOR - Auto-estradas do Norte, S.A., Lusoscut – Auto-estradas da Costa de Prata, S.A., Lusoscut – Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. e Lusoscut – Auto-estradas do Grande Porto, S.A., ao custo histórico, até que estas atinjam o “break-even” da sua actividade, após o que passará a relevar nos seus activos a respectiva variação (Nota 50.k).

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Os saldos de clientes e empresas associadas titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” com e sem recurso à data do balanço, estão evidenciadas pelo seu valor nominal, como uma dedução às correspondentes rubricas do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios. Em 31 de Dezembro de 2002 as responsabilidades financeiras assumidas pela Empresa-Mãe por letras descontadas, para além das mencionadas na Nota 50.k), ascendiam a Euro 1.114.815.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas decorrentes de imposições contratuais de prestações de serviços e fornecimento de mercadorias e outras relacionadas com a sua actividade, conforme segue:

Moeda	Montante
Euro	255.383.416
Dólares (EUA)	31.780.447
Franco CFA	6.618.645
Dinares Tunisinos	4.957.020
Coroas Checas	3.748.561
Kwahas (Malawi)	3.629.849
Zloty (Polónia)	987.536
Cedis (Gana)	789.269
Forint (Hungria)	479.472
Rand (Rep. África Sul)	242.389
Escudo (Cabo Verde)	140.663
Meticais (Moçambique)	50.758

Adicionalmente naquela data, a Empresa-Mãe tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas correspondentes às empresas participadas Lusoponte- Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A., AENOR - Auto-estradas do Norte, S.A., Lusoscut – Auto-estradas da Costa de Prata, S.A., Lusoscut – Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. e Lusoscut – Auto-estradas do Grande Porto, S.A., para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de 'Project Finance'.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo (Notas 1 e 5), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estando no entanto aquelas pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. Contudo, o Conselho de Administração da Empresa-Mãe entende que as demonstrações financeiras individuais das empresas incluídas na consolidação irão ser aprovadas sem alterações significativas pelas respectivas Assembleias Gerais.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas nas Notas 1 e 5, efectuou-se pelos métodos de integração global e proporcional, conforme aplicável. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias consolidadas pelo método de integração global, é apresentado no balanço consolidado anexo, na rubrica "Interesses minoritários". As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da respectiva proporção do capital próprio que elas representam, reportados a 1 de Janeiro de 1992 ou 1 de Janeiro de cada um dos anos em que ocorreram aquisições dessas participações, foram registados no balanço consolidado no capital próprio ou nas imobilizações incorpóreas, conforme descrito na Nota 10.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da equivalência patrimonial, com excepção das referidas nas 4 e 6, as quais foram valorizados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor estimado de realização.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas de instalação, concessões e licenças, aumentos de capital e estudos, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos. Os custos incorridos com estudos e projectos para obras em processo de adjudicação, são capitalizados em imobilizações em curso, até resolução final do concurso, momento após o qual são reconhecidos como custo na totalidade, caso a respectiva obra não seja adjudicada à Empresa, ou caso contrário, por um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1992, bem como os terrenos e edifícios adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas sobre o valor reavaliado ou sobre o valor histórico, conforme aplicável, segundo o método das

quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas dos activos apresentadas a seguir, excepto quanto às taxas de amortização aplicadas ao equipamento básico da Empresa-Mãe, as quais estão indexadas à taxa de ocupação efectiva verificada no exercício, mas mantendo-se dentro dos limites legais:

	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas incorridas pela Empresa-Mãe com grandes reparações são amortizadas num período que varia entre 2 e 5 anos e os correspondentes valores líquidos em 31 de Dezembro de 2002, ascendem ao montante de Euro 3.644.640. As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira ou re-locação financeira, bem como as correspondentes parcelas de capital incluídas nas rendas, são contabilizados pelo método financeiro, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis estimadas referidas na alínea anterior (Nota 47). De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente parcela de capital incluída nas rendas é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros em partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição e está constituída uma provisão para os reduzir ao seu valor de mercado. Os empréstimos concedidos a empresas participadas, assim como os empréstimos obtidos dos accionistas, estão registados ao seu valor nominal, não vencem juros nem têm definidos prazos de vencimento.

e) Existências

As mercadorias (basicamente terrenos para desenvolvimentos imobiliários e fracções de edifícios para venda), bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado (Nota 46).

Os produtos acabados (que incluem fracções não vendidas dos lotes em curso relativos a empreendimentos imobiliários) e os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico bem como os custos com subcontratos.

f) Provisões para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas com base na avaliação global das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores, assim como em consonância com critérios fiscais.

g) Outras aplicações de tesouraria

As outras aplicações de tesouraria encontram-se registadas ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

h) Especialização de exercícios

As empresas do Grupo registam as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Acréscimos e diferimentos" (Nota 50. c).

i) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos-valias geradas com a sua alienação, registadas na rubrica "Outras reservas" (Nota 50.e).

j) Pensões e complemento de pensões

A Empresa-Mãe assumiu o compromisso de conceder a alguns dos seus ex-empregados (34 pessoas) prestações pecuniárias a título de complemento de pensões e pensões de reforma, cujos valores pagos são registados como custos na data do seu pagamento (no exercício de 2002, ascenderam a, aproximadamente, Euro 392.436) e cuja concessão não é obrigatória, cabendo a sua atribuição ao Conselho de Administração. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa-Mãe tem constituída uma provisão de, aproximadamente, Euro 1.750.000, registada na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", que visa dar cobertura às responsabilidades assumidas àquela data, ainda que não se encontre disponível um estudo actuarial que permita a quantificação exacta daquelas responsabilidades (Nota 46).

l) Reconhecimento de custos e proveitos em obras

Em geral segue-se o procedimento de reconhecer em cada exercício, como resultado das obras, a diferença entre a produção e os custos incorridos, dado que nestes sectores de actividade os proveitos e custos das obras e serviços podem sofrer importantes alterações durante o período de execução, que são de difícil antecipação e quantificação objectiva. Seguidamente resume-se os diferentes tipos de obras:

Obras públicas e obras de construção civil de longa duração - Em geral, nos contratos de prestação de serviços, o Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são levadas às rubricas "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos" (Nota 50.c).

Relativamente aos contratos de prestação de serviços realizados pelas Sucursais de Angola e Moçambique, os proveitos são registados com base em autos de medição da obra realizada sendo as diferenças positivas ou negativas com a facturação efectuada, calculadas contrato a contrato, apresentadas nas rubricas do balanço "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos" respectivamente (Nota 50.c).

Obras públicas de curta duração - Nestes contratos de prestação de serviços o Grupo reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

Por último, na actividade imobiliária a Empresa regista as vendas e correspondente custo das fracções no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão liquidar a prestação referente à entrega das chaves, na maior parte dos casos na data do contrato promessa de compra e venda. Contudo, o resultado obtido com estas vendas é ponderado pela percentagem de acabamento do lote respectivo, determinado pela relação entre os custos incorridos em cada lote até uma determinada data e a soma desses custos estimados totais para completar o respectivo lote.

m) Sucursais no estrangeiro

Em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações financeiras das sucursais no estrangeiro, para além da Sucursal de Moçambique, foram integradas nas demonstrações financeiras da Empresa, tendo sido eliminadas as transacções com elas efectuadas e as diferenças de câmbio originadas na conversão para escudos destas foram directamente incluídas no capital próprio (Nota 50.e). A Sucursal de Moçambique foi integrada ao nível das rubricas de custos e proveitos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo que ao nível das rubricas de balanço, o seu efeito encontra-se concentrado na rubrica de "Outros devedores". Seguidamente apresenta-se um resumo da informação relativa às sucursais no estrangeiro:

	Angola	Moçambique	Polónia	Hungria	Benin	Rep.Checa	Chade
Activos fixos	29.687.764	85.071	1.057.378	0	150.516	58.463	2.134.000
Activo circulante	49.713.614	7.717.501	7.260.808	1.300.496	3.223.115	371.218	6.446.981
Passivos	51.822.166	10.144.078	9.074.447	1.736.496	7.310.940	576.682	10.964.850

n) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem a obras de construção executadas pela Empresa-Mãe e outras empresas para elas próprias, bem como grandes reparações de equipamentos e custos incorridos com estudos e projectos para obras. Estes trabalhos incorporam custos com materiais empregues, fornecimentos de terceiros, mão-de-obra directa e gastos gerais.

o) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de cada ano publicadas pelo Banco de Portugal, excepto para o mencionado no parágrafo seguinte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas pelo montante líquido como proveitos ou custos na demonstração de resultados do exercício.

Adicionalmente as dívidas de terceiros a médio e longo prazo, correspondentes a contas a receber de países africanos, foram registadas à taxa de câmbio USD/EUR vigente na data da passagem de curto para médio e longo prazo, inferior à taxas de câmbio à data do balanço, bem como as diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das

Sucursais e das utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial das filiais e associadas são registadas directamente na rubrica "Ajustamentos em partes de capital" (Nota 50.e).

Por outro lado, as demonstrações financeiras de filiais e associadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro e as diferenças de câmbio originadas na conversão foram directamente incluídas no capital próprio (Nota 50.e). As taxas de câmbio aplicadas foram as seguintes:

- Histórica: para as rubricas do capital próprio e do imobilizado, com excepção do resultado do exercício;
- Vigente no final do ano: para a totalidade dos activos e passivos, com excepção das referidas acima e das existências (média do exercício);
- Média do exercício: para a demonstração dos resultados do exercício, com excepção do imposto sobre o rendimento do exercício.

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, tendo sido aplicada no exercício de 2002 a Directriz Contabilística nº 28.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

q) Obras públicas em regime de Agrupamento Complementar de Empresas (ACE)

As obras públicas realizadas em regime de ACE são contabilizadas da forma que segue: (i) o ACE contabiliza todos os custos necessários à realização dos trabalhos, incluindo os que lhe forem debitados pelas agrupadas em função de cedências de mão de obra, equipamento, ou outras, ou mesmo por subempreitadas adjudicadas; (ii) posteriormente o ACE debita a cada uma das agrupadas, repartindo-os na respectiva percentagem de participação, todos os custos por si suportados e registados; (iii) por sua vez o ACE factura directamente ao cliente a totalidade dos trabalhos por si realizados ou subcontratados; e (iv) cada uma das agrupadas debita o ACE pelas cedências e fornecimentos efectuados, assim como pela sua quota parte na facturação emitida pelo ACE ao cliente. Resulta desta forma, que os custos e proveitos incorridos e facturados pelo ACE, são totalmente repartidos pelas diversas empresas agrupadas, em função da percentagem de participação de cada uma delas, sendo que o resultado contabilístico do ACE no final de cada exercício tende a ser nulo, reconhecendo cada agrupada nas suas demonstrações financeiras a respectiva quota parte da margem gerada no ACE.

25. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Despesas de instalação" inclui basicamente custos incorridos com estudos e projectos de obras públicas adjudicadas à Empresa-Mãe, assim como custos iniciais incorridos com preparação de pedreiras, custos incorridos com o projecto de cisão da Empresa-Mãe e ainda custos de natureza não financeira decorrentes do aumento de capital verificado no exercício de 1997. Adicionalmente, a rubrica "Despesas de investigação e desenvolvimento" incluem custos com direitos e licenciamentos.

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas :					
Despesas de instalação	4.082.151	21.168	(76.306)	13.170	4.040.183
Despesas de investigação e desenvolvimento	419.572	-	-	(295.689)	123.883
Propriedade industrial e outros direitos	314.651	52.455	-	(36.910)	330.196
Trespases	2.995	-	-	(2.295)	-
Imobilizações em curso	191.764	191.387	-	(43.756)	339.395
Diferenças de consolidação	17.296.627	3.340.697	(5.282.797)	-	15.354.527
	22.307.760	3.605.707	(76.306)	(5.648.977)	20.188.184
Imobilizações corpóreas :					
Terrenos e recursos naturais	22.386.683	20.671	-	877.946	23.285.300
Edifícios e outras construções	50.457.904	1.471.493	(1.128.029)	10.021.586	60.822.954
Equipamento básico	190.466.785	26.182.428	(18.415.991)	(4.519.669)	193.713.554
Equipamento de transporte	93.699.594	18.560.386	(7.101.582)	638.363	105.796.760
Ferramentas e utensílios	7.207.575	580.447	(811.058)	(468.854)	6.508.110
Equipamento administrativo	15.396.772	2.130.450	(2.424.890)	(619.454)	14.482.878
Taras e vasilhame	2.615.260	647.495	(82.476)	-	3.180.279
Outras imobilizações corpóreas	743.985	129.719	(5.029)	(32.638)	836.037
Imobilizações em curso	23.030.868	8.478.371	-	(11.964.198)	19.545.041
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	2.927.907	3.074.922	-	(2.014.272)	3.988.557
	408.933.333	61.276.382	(29.969.055)	(8.081.190)	432.159.470
Investimentos financeiros :					
Partes de capital em empresas associadas	11.511.645	759.494	(571.776)	(1.509.349)	10.190.014
Empréstimos a empresas associadas	2.078.780	-	(775.387)	461.629	1.765.022
Partes de capital em outras empresas participadas	4.380.452	-	(12.197)	(2.279.910)	2.088.345
Empréstimos a outras empresas participadas	2.366.189	-	-	957.530	3.323.719
Títulos e outras aplicações financeiras	33.334.231	2.037.373	(14.301)	2.630.032	37.987.335
Outros empréstimos concedidos	398.604	-	-	-	398.604
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	73.802	-	-	202.287	276.089
	54.143.703	2.796.867	(1.373.661)	462.219	56.029.129

Rubricas	Amortizações acumuladas e provisões			
	Saldo inicial	Reforços	Alienações e outros	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	3.853.643	155.408	(37.861)	3.971.190
Despesas de investigação e desenvolvimento	175.446	2.162	(56.968)	120.640
Propriedade industrial e outros direitos	84.169	16.129	(30.379)	69.919
Trespases	2.995	-	(2.995)	-
Diferenças de consolidação	1.846.758	793.914	(561.552)	2.079.120
	5.963.011	967.613	(689.755)	6.240.869
Imobilizações corpóreas :				
Terrenos e recursos naturais	-	3.438	-	3.438
Edifícios e outras construções	13.610.669	1.671.529	(710.511)	14.571.687
Equipamento básico	130.153.703	17.858.930	(18.310.328)	129.702.305
Equipamento de transportes	64.457.272	8.667.574	(7.138.819)	65.986.027
Ferramentas e utensílios	4.608.075	627.928	(753.188)	4.482.815
Equipamento administrativo	10.313.475	1.509.069	(2.903.898)	8.918.646
Taras e vasilhame	1.484.872	485.280	(63.338)	1.906.814
Outras imobilizações corpóreas	410.992	87.695	(33.626)	465.061
	225.039.058	30.911.443	(29.913.708)	226.036.793
Investimentos financeiros :				
Partes de capital em outras empresas	5.248	-	-	5.248
Títulos e outras aplicações financeiras	1.280.849	275.797	2.228	1.558.874
	1.286.097	275.797	2.228	1.564.122

Em resultado da alteração do perímetro de consolidação (Nota 1) as colunas relativas a 'alienações e outros' e 'transferências e abates' incluem o efeito decorrido daquela alteração.

O reforço de amortizações e provisões verificado durante o exercício de 2002 na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" foi registado pela Empresa na demonstração de resultados na rubrica "Custos financeiros - Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros" (Nota 44).

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2002 existiam dívidas a terceiros no montante de Euro 15.671.855, garantidas por uma hipoteca sobre um prédio urbano sito em Vila Nova de Gaia, na associada Maprel - Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-Esforçados, Lda, e por penhora de equipamento, hipoteca de imóveis e leasing de imóveis / equipamento na associada Transportes Lei, SRL.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços efectuadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 distribuem-se da seguinte forma:

Actividade / Mercado geográfico	Mercado Interno	Mercado Externo	Totais
Vendas de mercadorias	650.686	2.893.089	3.543.775
Vendas de produtos	29.219.775	18.437.901	47.657.676
Prestações de serviços:			
- Obras públicas	158.071.803	88.196.637	246.268.440
- Construção Civil	3.549.509	14.866.615	18.416.124
- Concessões	11.189.485	-	11.189.485
- Outras	35.726.940	33.598.422	69.325.362
	238.408.198	157.992.664	396.400.862

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo no exercício de 2002 foram respectivamente:

	Empresa Mãe	Outras empresas
Conselho de Administração	433.839	859.785
Fiscalização	53.404	11.835
	487.243	871.620

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa-Mãe e outras empresas do Grupo, sediadas em Portugal procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2002, relativos à Empresa-Mãe é o seguinte:

	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Reavaliados
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	13.974.066	1.309.887	15.283.953
Edifícios e outras Construções	30.861.422	2.344.616	33.206.038
Equipamento Básico	43.744.210	4.359	43.748.569
Equipamento de Transporte	20.808.301		20.808.301
Ferramentas e Utensílios	1.089.444		1.089.444
Equipamento Administrativo	4.183.254	33.387	4.216.641
	114.660.697	3.692.249	118.352.946

Os valores incluídos nas colunas de "Custos históricos" e "Reavaliações" encontram-se deduzidos das amortizações respectivas e do acréscimo das reservas de reavaliação, o montante de Euro 10.474.756 foi incorporado em aumentos de capital ocorridos em anos anteriores.

43. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Conforme referido na Nota 23.p a Empresa aplicou a Directriz Contabilística nº 28 tendo registado pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 os activos e passivos por impostos diferidos resultantes das diferenças temporais entre o resultado contabilístico e fiscal, bem como os derivados de prejuízos reportáveis.

O efeito da alteração desta política contabilística provocou uma diminuição dos capitais próprios a 1 de Janeiro de 2002 e um aumento do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Euro 2.153.050 e Euro 2.508.627, respectivamente, como demonstrado na Nota 49.

44. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas</u>		
Juros suportados	13.492.067	16.320.843
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 27)	275.797	275.855
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7.707.455	6.601.232
Descontos de pronto pagamento concedidos	128.509	654.471
Outros custos e perdas financeiras	5.286.289	4.410.910
<u>Resultados financeiros</u>	(18.604.181)	(14.246.333)
	8.285.936	14.016.978
<u>Proveitos e ganhos</u>		
Juros obtidos	2.898.926	4.501.678
Rendimentos de imóveis	846.018	566.405
Ganhos de participação de capital relativos e associadas	1.230.329	1.206.078
Ganhos de participação de capital relativos a outras empresas	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	2.545.002	4.815.509
Descontos de pronto pagamento obtidos	68.923	686.739
Outros proveitos e ganhos financeiros	696.738	2.240.569
	8.285.936	14.016.978

As rubricas "Outros custos e perdas financeiras" e "Outros proveitos e ganhos financeiros" incluem os resultados financeiros das sucursais no estrangeiro.

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas</u>		
Donativos	106.795	142.522
Dívidas incobráveis	358.633	90.160
Perdas em existências	-	31.199
Perdas em imobilizações	5.277.337	603.326
Multas e penalidades	74.294	106.373
Aumentos de amortizações e de provisões (Nota 46)	1.467.538	4.480.774
Correcções relativas e exercícios anteriores	884.931	423.709
Outros custos e perdas extraordinários	934.242	1.243.112
	(2.255.841)	5.670
<u>Resultados extraordinários</u>	6.847.929	7.126.845
<u>Proveitos e ganhos</u>		
Ganhos em existências	11.750	2.592
Ganhos em imobilizações	2.893.501	2.829.939
Benefícios de penalidades contratuais	98.132	27.769
Reduções de amortizações e de provisões	630.527	338.614
Correcções relativas em exercícios anteriores	935.440	326.455
Outros proveitos e ganhos extraordinários (Nota 50.e)	2.278.579	3.601.476
	6.847.929	7.126.845

A rubrica "Ganhos em imobilizações" do exercício de 2001 inclui o ganho obtido da alienação por leilão de uma parte do imobilizado da Empresa-Mãe incluído nas rubricas "Equipamento Básico" e "Equipamento de Transporte" o qual se encontrava na quase totalidade amortizado (Nota 27).

A rubrica "Aumentos de amortizações e de provisões" do exercício de 2002 inclui o reforço extraordinário da "Provisão para riscos e encargos" no montante de Euro 1.467.538. (Nota 46)

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2002 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Cobrança duvidosa	Depreciação Existências	Investimentos financeiros	Riscos e encargos
Saldos iniciais	4.552.669	332.782	21.010	22.384.421
Reforços (Notas 27 e 45)	765.702	52.831	0	1.626.633
Utilizações (Notas 27 e 45)	(710.830)	(78.471)	0	(10.356.645)
Reposições e outros	1.835.107	(40.719)	0	(1.967.871)
Saldos finais	6.442.648	266.423	21.010	11.686.538

Do aumento verificado na provisão para outros riscos e encargos, o montante de Euro 1.467.538 foi registado por contrapartida de resultados extraordinários (Nota 45).

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" reflecte a melhor estimativa de Conselho de Administração para fazer face a: (i) riscos associados com empresas participadas; (ii) riscos associados ao desenvolvimento de operações em curso e na vertente internacional, (iii) para responsabilidades no investimento na INTERCON, Construção, ACE, (iv) capitais próprios negativos de algumas associadas que se encontram registadas pelo método da equivalência patrimonial e (v) outros riscos e eventuais contingências não identificados especificamente, relacionados com o desenvolvimento das operações do Grupo.

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 as empresas incluídas na consolidação mantinham responsabilidades, como locatárias, relativas a rendas vicendas em contratos de locação financeira no montante de aproximadamente Euro 44.638.021. Deste montante, o montante de Eur 33.578.718 respeita à Empresa-Mãe e tem o seguinte prazo de vencimento:

Exercício 2003	13.289.938
Exercício 2004	10.424.822
Exercício 2005	7.090.044
Exercício 2005	2.773.914

	33.578.718
	=====

49. OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28.

Na sequência da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2002, da Directriz Contabilística nº28, o Grupo passou a registar os passivos ou activos por imposto diferidos relacionados com diferenças temporárias. Conforme previsto naquela Directriz Contabilística, esta alteração de política contabilística, reportou-se a 1 de Janeiro de 2002 e os efeitos acumulados a essa data, no montante de Euro 2.153.050, foi registado por contrapartida de "Resultados transitados" e de "Reservas de reavaliação" (Nota 50.e).

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Provisões não aceites fiscalmente	13.074.696	8.256.802	(21.331.498)
Prejuízos fiscais	12.910.870	(3.837.037)	(9.073.833)
Outros	392.685	(293.762)	(98.923)
	<u>26.378.251</u>	<u>4.126.003</u>	<u>(30.504.254)</u>

As diferenças temporárias a acrescentar ao lucro tributável que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Crédito fiscal por dupla tributação internacional	617.459	-	(617.459)
	<u>617.459</u>	<u>-</u>	<u>(617.459)</u>

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Reavaliação de activos imobilizados	(3.656.219)	(605.039)	4.261.258
Resultados negativos em ACE's	(5.430.969)	(102.597)	5.533.566
Diferimento de tributação de mais valias	(1.975.513)	(695.035)	2.670.548
Amortizações não aceites fiscalmente	(2.474.148)	140.220	2.333.928
Acréscimos de proveitos não tributados	(12.805.503)	(10.467.614)	23.273.117
Outros	(1.229.653)	(30.741)	1.260.394
	<u>(27.572.005)</u>	<u>(11.760.806)</u>	<u>39.332.811</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos ascendiam a Euro 9.135.218 e a Euro 8.779.641 respectivamente, tendo sido registado um efeito positivo na demonstração dos resultados e um efeito negativo no capital próprio de Euro 2.508.627 e Euro 2.153.050, respectivamente.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Imposto do exercício	(1.873.839)	(279.211)	2.153.050
Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos			
Reporte de prejuízos	(3.947.909)	1.048.325	2.899.584
Impostos diferidos relativos à constituição da reserva de reavaliação de imobilizações	1.134.897	186.288	(1.321.185)
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	2.457.435	1.274.014	(3.731.449)
Imposto diferido	(355.577)	2.508.627	(2.153.050)
Imposto Corrente	(2.229.416)	2.229.416	-

50. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

- a) Dívidas a instituições de crédito e outros empréstimos obtidos - Em 31 de Dezembro de 2002 os financiamentos obtidos pela Empresa-Mãe, vencendo juros a taxas normais de mercado, e seguidamente apresenta-se o calendário dos seus vencimentos:

	Empresa-Mãe
2003	85.212.393
2004	8.397.126
2005	13.125.109
2006	6.441.445
2007 e seguintes	160.820
	<u>113.336.893</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Outros empréstimos obtidos" corresponde a duas emissões a desconto de papel comercial no valor de Euro 14.963.937 e Euro 15.000.000, garantidas por um sindicato bancário e que vencem juros a uma taxa variável de mercado. Dado que o prazo de vencimento dos programas de emissão de papel comercial são 5 de Dezembro de 2003 e 17 de Dezembro de 2002, o Conselho de Administração entendeu classificar estes empréstimos como de médio e longo prazo por ser sua intenção renovar as emissões actualmente existentes.

- b) Dívidas ao Estado e outros Entes Públicos - Em 31 de Dezembro de 2002 não existem dívidas em situação de mora perante o Estado ou quaisquer outros entes públicos, incluindo a Segurança Social. Naquela data as respectivas rubricas do balanço consolidado tinham a seguinte composição:

<u>Mota & Companhia, SA</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
Estimativa de Imposto sobre o rendimento, líquido de pagamentos por conta e retenções	45.988	
Imposto sobre o Valor Acrescentado		2.634.457
Retenção de impostos sobre o rendimento – IRS		545.063
Contribuições para a Segurança Social		565.955
Impostos relativos às sucursais	809.202	743.614
Outros impostos	412.968	430.704
	<u>1.268.158</u>	<u>4.919.793</u>
<u>Outras Empresas</u>		
Estimativa de Imposto sobre o rendimento, líquido de pagamentos por conta e retenções	846.691	1.436.823
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.031.873	494.233
Retenção de impostos sobre o rendimento – IRS	65.034	353.243
Contribuições para a Segurança Social	4.220	807.405
Outros impostos	102.675	355.258
	<u>2.050.493</u>	<u>3.446.962</u>
	<u>3.318.651</u>	<u>8.366.755</u>

- c) Acréscimos e diferimentos (activo e passivo) - Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe destas rubricas era como segue :

Acréscimos de proveitos :

Excesso da produção sobre a facturação	49.452.698	
Juros a receber	837.102	
Outros	<u>8.217.163</u>	58.506.963

Custos diferidos :

Custos de infra-estruturas e encargos financeiros com terrenos e projectos imobiliários em curso	2.324.880	
Prémios de seguros	585.418	
Custos de arranque de obras diversas e pedreiras	6.378.070	
Custos com projectos de auto estradas em curso	-	
Diferenças de câmbio	366.230	
Outros	<u>8.003.702</u>	17.658.300

Acréscimos de custos:

Remunerações a pagar	6.040.349	
Juros a liquidar	1.309.530	
Produtos e trabalhos em curso	891.079	
Especialização de custos	<u>3.660.101</u>	11.901.059

Proveitos diferidos :

Excesso da facturação sobre a produção	2.253.601	
Diferenças de câmbio	419.434	
Juros obtidos	280.634	
Re-locação financeira (Nota 50.e)	271.226	
Subsídios ao investimento	1.266.420	
Outros	<u>3.270.573</u>	7.761.888

- d) Composição do capital social – Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa estava representado por 14.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 5 Euros, cada, totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2002, a Mota-Engil - SGPS, S.A., detinha uma participação de 100% no capital da Empresa.

- e) Movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio - O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foi como se segue:

Rúbricas	Saldo Inicial	Reduções e transferências	Aplicação resultados	Saldo final
Prémios de emissão	76.397.183	-	-	76.397.183
Diferenças de consolidação (Nota 10)	18.069.780	(3.755.794)	-	14.313.986
Ajustamentos de partes de capital	(23.562.919)	(3.915.447)	-	(27.478.366)
Reservas de reavaliação	19.690.029	(288.043)	-	19.401.986
Reservas legais	5.882.544	-	392.670	6.275.214
Outras reservas	3.631.942	(1.380.039)	1.155.735	3.407.638

A aplicação do resultados do exercício de 2001 contemplou a atribuição de dividendos aos accionistas (Euro 5.600.000), cativos de impostos, uma distribuição pelos membros do Conselho de Administração, nos termos dos Estatutos (Euro 275.000) e uma distribuição pelos Quadros da Empresa, a título de participação nos lucros (Euro 430.000), para reforço da reserva legal (Euro 392.670), para reforço da reserva de estabilização de dividendos (Euro 1.000.000), bem como o remanescente a reservas livres.

Para as empresas do Grupo com sede em Portugal a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, e para incorporação no capital.

- f) Outros accionistas (sócios) - A classificação a médio e longo prazo dos empréstimos de accionistas foi baseada na informação prestada ao Conselho de Administração da Empresa – Mãe, pelos titulares dos respectivos empréstimos, segundo os quais não pretendem, solicitar o seu resgate dentro do prazo de um ano.
- g) Impostos sobre lucros - A Mota & Companhia e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 30%, acrescida de derrama à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos no respeitante ao exercício de 1997 e de quatro anos no que se refere aos exercícios de 1998 a 2002 (dez anos para a Segurança Social) e consequentemente essas declarações fiscais poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas

anexas.

- h) Empréstimos obrigacionistas - Por deliberação da Assembleia Geral de 8 de Março de 1999, o Conselho de Administração da Mota & Companhia foi autorizado a proceder no prazo de cinco anos, a uma ou mais emissões de obrigações, até ao valor global de Euro 29.925.000, subsistindo a autorização que lhe foi concedida anteriormente pela Assembleia Geral. Neste sentido, em Dezembro de 1999, foi efectuada uma emissão de 2.992.500 obrigações cotadas na Euronext Lisboa, de valor nominal de 10 Euro, com reembolso de uma só vez em Dezembro de 2004 (possibilidade de reembolso antecipado a partir de Maio de 2002), e que vence juros semestrais e postecipados a uma taxa indexada à Euribor de 6 meses.

Apesar deste empréstimo obrigacionista no montante de Euro 29.925.000 prever o reembolso antecipado a partir de Maio de 2002, o Conselho de Administração optou por manter nas demonstrações financeiras consolidadas anexas o vencimento final deste empréstimo (Dezembro de 2004), por ser seu entendimento que na eventualidade da solicitação do reembolso antecipado por parte dos obrigacionistas se procederá ao refinanciamento por empréstimos a médio e longo prazo.

No final de 1998, foi realizada pela Mota & Companhia uma emissão de obrigações não convertíveis, no montante de Euro 32.421.863, a uma taxa de juro variável indexada à Lisbor, a amortizar de uma só vez na data de pagamento do 10º cupão (Dezembro de 2003), salvo se por iniciativa da empresa for efectuado um reembolso antecipado.

- i) Agrupamentos Complementares de empresas (ACE) - Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa-Mãe participa nos seguintes ACE:

<u>Denominação</u>	<u>Participação</u>
-Novaponte-Agrupamento para Construção da Segunda Travessia do Tejo, A.C.E.	13,33%
-G.P.C.I.E.-Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, A.C.E.	25,00%
-Mannesmann-Suedrhorbau,Engil,S.Costa,T.Duarte,Mota, A.C.E.	12,25%
-G.P.C.C.- Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, A.C.E.	25,00%
-Tecnocéano- Grupo de Empresas de Construção Civil, A.C.E.	25,00%
-Soares da Costa, Engil, Mota, A.C.E.	25,00%
-Engil-Mota, A.C.E.	50,00%
-Engil, Soares da Costa, Mota, A.C.E.	10,00%
-Molinorte - Linha do Norte - Construção Civil, A.C.E.	23,50%
-Intercon - Construção Internacional, A.C.E.	22,50%
-Lote Seis - Infraestruturas de Gás Natural, A.C.E.	50,00%
-Grupo Construtor da Feira, A.C.E.	25,00%
-Metropaço, A.C.E.	33,33%
-Norace-Construtoras das Auto-Estradas do Norte, A.C.E.	23,18%
-GP 10 - Grupo Português para a Reconstrução dos Balcãs, A.C.E.	11,11%
-Vianor, Const., A. E. Costa da Prata, A.C.E.	22,50%
-Mota, Necso, Abrantina, A.C.E.	24,00%
-Lusitânia-Construtora das Auto-Estradas das Beira Litoral e Alta, A.C.E.	22,50%
-Portuscale – Construção Auto-estrada Porto, A.C.E.	22,50%
-Metroligeiro- Const. Infraestruturas, A.C.E.	26,60%
-Engil, Mota, T. Duarte - Requalificação Urbana, A.C.E.	33,33%

- j) Imobilizações corpóreas e em curso no estrangeiro: Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2002, as seguintes imobilizações corpóreas líquidas, da Empresa-Mãe, encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente nas sucursais, da forma que segue:

Angola	33.148.344
Chade	8.036.463
Polonia	4.136.871
Benin	2.619.808
Malawi	1.423.541
Moçambique	538.385
Ghana	201.837
Rep.checa	10.170
Bulgaria	2.111

k) Empresas associadas e participadas: Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas de empréstimos relacionadas com as empresas associadas e participadas, são conforme segue:

Títulos e outras aplicações financeiras:	
Mota-Engil, SGPS, SA	10.815.915
Lusoponte	4.828.862
Aenor	3.918.600
Lusoscut Costa de Prata	1.868.324
Lusoscut Beira Litoral e Alta	1.941.314
Dependências em países africanos	670.300
Investimentos em imóveis	11.580.576
Outros investimentos	2.363.444

	37.987.335
	=====
Empréstimos a empresas associadas:	
Matiprel	42.398
Cogamo	43.059
PBM	802.254
Empresa Agricola Florestal	860.352
Outros	16.959

	1.765.022
	=====
Empréstimos a empresas participadas:	
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, SA	1.934.502
MTS – Metro,	904.400
Aenor - Autoestradas do Norte, SA	409.137
Outros	75.680

	3.323.719
	=====
Outros empréstimos concedidos:	
Outros	398.604

	398.604
	=====

Como consequência das transacções efectuadas pela Empresa-Mãe com as empresas associadas e participadas, em 31 de Dezembro de 2002, apresentavam-se os seguintes saldos nas demonstrações financeiras:

	SALDOS ASSOCIADAS	CONTAS A RECEBER	FORNECEDORES	OUTROS SALDOS	TOTAL LÍQUIDO
AENOR- AUTO - ESTRADAS DO NORTE, S.A.	4.327.737,56	-	3.147,07	-	4.324.590,49
ASINTER - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	-	52.438,19	-	-	52.438,19
AURIMOVE-UTIL.EQUIP.INVEST.IMOB.,LDA.	8.456.556,08	35.710,97	30.668,03	125,10	8.461.724,12
CIMERTEX & Cª	45.285,29	33.868,01	31.976,19	-	47.177,11
COGAMO-CONSTRUCTIONS GABONAISE	60.062,99	-	-	-	60.062,99
DUARTIMOVE-UTIL. INVEST.IMOBILI., LDA	3.143,78	-	-	-	3.143,78
EDIFICIO GALIZA-SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	45.255,45	5.547,65	-	-	50.803,10
EDIFICIO MOTA-VISO-SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	(212,76)	14.946,29	-	105,88	14.839,41
EMOCIL-EMP. MOÇAMBICANA CONS. E PRO. IMOB.,	439.351,44	70.394,48	33.760,00	-	475.985,92
EMP. AGRÍCOLA E FLORESTAL PORT. SA	882.860,51	-	-	-	882.860,51
GEOGRANITOS-PEDREIRAS DE AMARANTE, LDA	1.631.231,15	353.310,63	254.716,43	59.227,40	1.789.052,75
IMOSINES-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA	370,46	-	-	-	370,46
INDAQUA-IND. E GESTÃO DE ÁGUAS, SA	3.106.714,30	481.800,41	23,16	-	3.588.491,55
INDAQUA FEIRA, INDUSTRIA DE ÁGUAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, S.A.	56.114,76	24.493,11	-	-	80.607,87
LUSOPONTE-CONC.TRAVESSIA DO TEJO,S.A.	6.763.364,91	142.034,94	-	18,59	6.905.418,44
LUSOSCUR-AUTO ESTRADA COSTA DA PRATA, SA	1.868.323,84	-	-	-	1.868.323,84
LUSOSCUR-AUTO ESTRADA BEIRA LITORAL E ALTA, SA	1.941.313,84	-	-	-	1.941.313,84
MAPREL-EMP. PAV. E MAT. PRE-ESFORÇADOS, LDA	1.666.706,24	72.584,00	417.223,18	28.222,06	1.350.289,12
MATIPREL-MATERIAIS PRE-ESFORÇADOS, LDA.	42.414,84	-	-	-	42.414,84
MARFIL - MARIO PIRES & FIUZA, LDA	71.053,27	429.325,96	(267.224,72)	232.907,69	1.000.511,64
M-INVEST, S.R.O	2.373.579,54	98.459,41	-	-	2.472.038,95
MOTA CHEONG KONG CONST. INVEST., LDA.	-	-	-	(48.291,68)	(48.291,68)
MOTA INTERNACIONAL - COMÉRCIO E CONSULTADORIA ECONÓMICA, LDA	15.554.244,10	93.210,12	-	(720.140,34)	14.927.313,88
MOTA & COMPANHIA MAURICIAS	-	-	-	28.309,86	28.309,86
PROBIGALP - LIGANTES BETUMINOSOS, SA	-	-	374.538,52	-	(374.538,52)
PROBISA PORTUGUESA-PROD. BETUMINOSOS, SA	319,24	10.706,36	14.299,19	-	(3.273,59)
RIMA - REIDUOS IND.MEIO AMBIENTE, SA	6.200,00	-	-	-	6.200,00
RTA-RIO TAMEGA TURISMO E RECREIO,SA	3.904.587,63	46.655,50	165.525,07	2.119,36	3.787.837,42
SEFIMOTA, SA	4.258,91	-	-	55.611,79	59.870,70
SGA-SOC. DE GOLFE DE AMARANTE, SA	1.530,74	19.531,12	-	-	21.061,86
SUMA-SERVIÇOS URBANOS MEIO AMBIENTE,SA	-	3.320.175,5	3.270,12	4.399,97	3.321.305,35
SOPROCIL - SOCIEDADE DE PROJECTOS E CONSTRUÇÕES CIVIS , SA	-	16.152,13	630.737,03	36,08	(614.548,82)
TABELLA HOLDING B.V.	14.551.422,96	-	-	-	14.551.422,96
TRACEVIA-SINALIZAÇÃO, SEG. E GESTÃO TRÁFEGO, LDA	202.288,24	21.720,25	1.165.079,56	682,76	(940.388,31)
TRANSPORTES LEI, DCRL	(6.064,58)	2.708,18	2.094,90	-	(5.451,30)
TURALGO-SOC. PROM. IM. TURISTICA ALGARVE SA	10.986,80	-	-	-	10.986,80
VORTAL-COMERCIO ELECT.CONS.MULT.SA	-	10.026,66	-	-	10.026,66

Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas "Dívidas de terceiros – médio e longo prazo" e "Clientes – títulos a receber" incluem, em geral, letras aceites pelas suas participadas sediadas em Angola, Empresa de Terraplanagem e Pavimentações – Paviterra, SARL e ICER – Indústria de Cerâmica, Lda no montante de Euro 20.415.532 e Euro 1.989.152 respectivamente, bem como naquela data a Empresa tinha letras descontadas em instituições financeiras aceites por estas participadas no montante de Euro 3.197.261. (Nota 22).

51. RELATO POR SEGMENTOS

Os proveitos e custos segmentais são atribuíveis directamente aos segmentos ou imputados numa base razoável quando se tratam de proveitos ou custos conjuntos. O resultado operacional por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	Construção nacional	Construção internacional	Outros	Consolidado
Vendas	35.639.368	7.561.602	8.000.482	51.201.452
Prestação de serviços	196.479.810	118.830.943	29.888.656	345.199.410
Var. prod. e trabalhos para a pp. empresa	3.625.193	15.147.229	4.978.033	23.750.455
Outros proveitos operacionais	8.267.831	6.257.422	826.410	15.351.664
Proveitos Operacionais	244.012.203	147.797.196	43.693.582	435.502.981
Custo das vendas	49.348.716	27.390.253	2.172.510	78.911.478
Subempreiteiros	28.742.218	36.861.407	11.343.074	76.946.699
Fornecimentos e serviços externos	86.260.443	35.044.156	8.730.036	130.034.635
Custos com pessoal	50.985.061	20.976.362	13.475.584	85.437.008
Outros custos operacionais	1.291.639	3.219.489	706.190	5.217.318
Resultado Operacional antes de Amortizações e Provisões (EBITDA)	27.384.125	24.305.529	7.266.188	58.955.843
Amortizações	15.965.234	12.462.745	2.657.190	31.085.169
Provisões	542.267	432.611	2.750	977.628
Resultado Operacional (EBIT)	10.870.624	11.410.174	4.606.248	26.893.046
Resultado financeiro				(19.444.983)
Resultado extraordinário				(2.255.841)
Resultado antes de impostos				5.192.221
Imposto sobre lucros				(279.211)
Result. Líq. antes de Interesses Minoritários				5.471.432
Interesses Minoritários				626.710
Resultado Líquido				4.844.722

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 688 032 729 euros e um total de capital próprio de 167 162 363 euros, incluindo um resultado líquido de 4 844 722 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas, incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

.../...

2.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.../...

.../...

3.

RESERVA

7. No Relatório Consolidado de Gestão, a Empresa informa que realiza, directamente e por intermédio de participadas, importantes transacções e mantém activos significativos em países africanos, nomeadamente Angola. Os referidos activos estão adequadamente divulgados no Anexo: imobilizações corpóreas (notas nº.27 e 50j do Anexo), investimentos financeiros (notas nº.1, 3, 4, 5 e 50k do Anexo), activos fixos e circulantes e saldos passivos da sucursal de Angola (nota nº. 23m do Anexo) e empréstimos e outros valores a receber (nota nº.50k do Anexo). Os valores envolvidos foram confirmados, contudo, a circunstância de existir risco-país em Angola não nos permite determinar, com rigor, a data e valor de realização desses activos.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº.7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

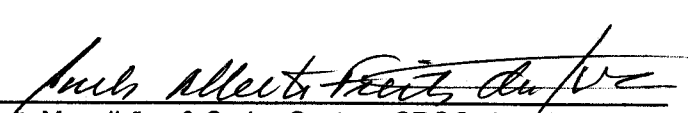
ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

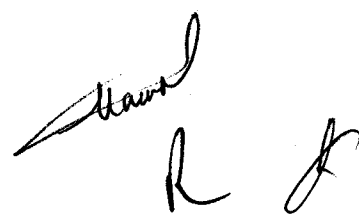
9.1 A Empresa, obedecendo ao disposto na Directriz Contabilística nº.28, aplicou, pela primeira vez no exercício de 2002, a política contabilística dos impostos diferidos. Os efeitos dessa aplicação reflectiram-se no capital próprio e nos resultados líquidos do exercício, conforme notas nºs. 23.p.), 43 e 49 do Anexo.

9.2 A Empresa apurou, em 2002, resultados extraordinários consolidados negativos, no valor de 2 255 841 euros, tendo esses resultados sido positivos em 2001, de 5 670 euros, conforme nota nº.45 do Anexo.

Porto, 26 de Março de 2003


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, inscrita com
o nº.1 975 no Registo de Auditores da CMVM, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177

MOTA & COMPANHIA, S.A.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Accionista Único:

1 - Como nos cumpre face à legislação específica e ao mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora que desenvolvemos e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaborados pelo Conselho de Administração da "MOTA & COMPANHIA, S.A.", relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 - O sector da Construção, que, apesar da diversificação das áreas de negócio, continua a constituir a principal actividade da Empresa, foi, sobremaneira, afectado pelo clima generalizado de recessão da Economia.

A Empresa, integrada das suas participadas, mercê dessa conjuntura, não conseguiu, no exercício findo, em relação a resultados, alcançar os objectivos a que se tinha proposto, tendo, contudo, em termos de volume de negócios, obtido um valor semelhante ao do ano precedente, o que se salienta.

3 - Seguimos, ao longo do ano, com a frequência que entendemos adequada, a actividade da Empresa-mãe.

Observámos a escrituração e, por amostragem, os documentos de apoio e procedemos à verificação dos activos e passivos que entendemos apropriada. Estivemos atentos à observância da lei e do contrato de sociedade, nada tendo de especial a referir nesse aspecto. Verificámos, ainda, as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Fiscalização, quando existentes, elaborados por outros Revisores Oficiais de Contas sobre as demonstrações financeiras das empresas do grupo. Recebemos do Conselho de Administração da Empresa-mãe e dos Serviços os esclarecimentos que lhes solicitámos, o que nos é grato registar.

4 - Concordamos com as descrições constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada às Contas Consolidadas, documentos elaborados pela sociedade revisora oficial de contas membro deste Conselho Fiscal, os quais nos foram apresentados.

5 - Pelo exame aos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, concluímos que:

.../...

MOTA & COMPANHIA, S.A.

.../...

2.

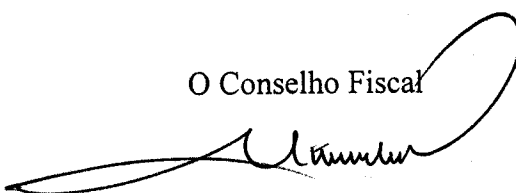
- a) O Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, que evidenciam um resultado líquido de 4 844 722 euros, projectam uma imagem correcta da situação financeira;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios de valorimetria utilizados são os adequados;
- c) o Relatório Consolidado de Gestão contém as menções que a lei estipula, evidencia a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão anexo às contas individuais e traça com clareza a evolução da actividade do conjunto de empresas no último ano e as perspectivas para o futuro.

Face ao exposto, apresentamos o seguinte Parecer:


- Podem ser aprovados o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2002.

Amarante, 27 de Março de 2003

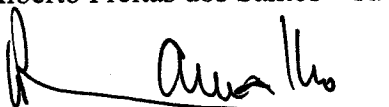
O Conselho Fiscal



Engenheiro Manuel Teixeira Mendes – Presidente



António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C. nº.53, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos – R.O.C. nº177



Engenheiro Marcos Levi Sampaio Caetano Ramalho